

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: (251-) 513822 Fax: (251-1) 519321
Email: oau-ews@telecom.net.et

45ª REUNIÃO DO
CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA
12 DE JANEIRO DE 2006
ADIS ABEBA, ETIÓPIA

PSC/PR/2(XLII)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE A
A SITUAÇÃO EM DARFUR (SUDÃO)**

PROJECTO

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE A
SITUAÇÃO EM DARFUR (SUDÃO)**

I. INTRODUÇÃO

1. Na sua 17^a reunião realizada em Outubro de 2004, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) decidiu que a Missão reforçada da União Africana no Sudão (AMIS), que consiste de um contingente de 3.320 pessoas, deve ser organizada em Darfur por um período de um ano, renovável se necessário, para desempenhar o seguinte mandato:

- monitorizar e observar o cumprimento do Acordo de Cessar-fogo Humanitário de 8 de Abril de 2004 e todos os futuros acordos;
~~in the future,~~
ajudar no processo de estabelecimento de confiança; e
- contribuir para um ambiente seguro para a distribuição da ajuda humanitária e, além disso, o retorno das PDIs (IDPs) e refugiados para as suas casas, de modo a ajudar a aumentar o nível de compromisso de todas as partes com o Acordo de Cessar-fogo Humanitário e a contribuir para a melhoria da situação de segurança em toda a região de Darfur.

2. A 28^a reunião do CPS, realizada em ~~that~~28 de Abril de 2005, decidiu aumentar o efectivo de ~~that~~AMIS para um contingente militar de ~~strength-be increased~~6.171 pessoas, com uma apropriada componente civil, incluindo cerca de 1.560 polícias civis, no final de Setembro de 2005. O mandato conferido na 17^a reunião do CPS expirou em 19 de Outubro de 2005.

3. A 42^a reunião do CPS, realizada em 20 de Outubro de 2005, decidiu alargar o mandato de AMIS por um período de três meses, até 20 de Janeiro de 2006, até a submissão, pela Comissão, de um relatório que analisa todos os aspectos da situação prevalectante em Darfur e operações de AMIS, incluindo a renovação do mandato da Missão por um período mais longo. ~~This extension was made~~

4. O presente relatório, que é submetido em consequência da decisão da 42^a reunião do CPS, abrange a evolução da situação política, militar, humanitária, da segurança e dos direitos humanos em Darfur, para o período desde o meu último relatório apresentado à 28^a reunião do CPS [PSC/PR/2(XXVIII)]. ~~has predictable~~

PROJECTO

II. ESTADO DAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ INTER-SUDANESAS

5. O Conselho recordará que, depois do fracasso da 4ª Ronda das Negociações de Paz Inter-Sudanesas sobre o conflito em Darfur (realizada em Dezembro de 2004) para adoptar a Declaração de Princípios (DoP) que foi inicialmente discutida durante a 3ª Ronda (realizada em Outubro-Novembro de 2004) esforços foram feitos para retomar as Negociações o mais breve possível. Contudo, apesar destes esforços, não foi possível convocar de novo as Negociações devido a vários factores, incluindo a situação da segurança no terreno e a divisão no seio da chefia do Movimento para a Libertação do Sudão/Exército. Foi neste contexto e considerando a necessidade de reforçar a Equipa de Mediação, que designei Salim Ahmed Salim, ex-Secretário Geral da OUA, como meu Enviado Especial e Principal Mediador para as Negociações de Paz de Abuja.

6. Durante a 5ª Ronda das Negociações de Paz Inter-Sudanesas, realizada em Abuja de 10 de Junho a 5 de Julho de 2005, esforços para finalizar a DoP foram intensificados, resultando na assinatura deste documento em 5 de Julho de 2005. Na DoP, as partes sudanesas chegaram a um entendimento sobre os princípios gerais que devem guiar as suas futuras negociações e constituir a base para uma resolução justa, abrangente e duradoura do conflito em Darfur. Deve-se observar que a adopção da DoP foi complicada pela sensibilidade das questões envolvidas, nomeadamente direitos de propriedade de terras, impunidade, separação do estado e religião, partilha das riquezas e do poder, e disposições de segurança.

7. A 5ª Ronda foi igualmente frustrada por questões tangenciais, como a presença da Eritreia, contestada pela delegação do Governo do Sudão (GoS), e o papel de Chade como co-mediador, objectado pelos representantes dos Movimentos, em particular, o Movimento para Justiça e Igualdade (JEM). Estas questões atrasaram o início das discussões. Um modus operandi permitindo à Eritreia participar nas consultas bilaterais com os Movimentos, e Chade de manter o seu papel de co-mediação foi proposto pela Equipa de Mediação e aceite pelas partes, possibilitando finalmente as negociações de prosseguir e serem concluídas pela adopção da ~~that~~ DoP.

8. Após a assinatura da DoP, solicitei o meu Enviado Especial a realizar consultas com as partes sudanesas, bem como com a co-mediação do Chade e os Facilitadores. Para o efeito, o Enviado Especial organizou uma reunião consultiva, em Dar-es-Salaam e Bagamoyo, na Tanzânia, com as partes sudanesas, de 21 a 23 de Agosto de 2005. Durante essa reunião, as partes concordaram com a data e agenda da 6ª Ronda de Negociações, e com o seu plano geral e duração.

9. O meu Enviado Especial visitou ~~Furthermore, the~~ Cartum, N'djamena, e Tripoli, de 30 de Agosto a 10 de Setembro de 2005. Em Cartum, encontrou-se com o Presidente Omar Hassan El Bashir, Primeiro Vice-Presidente Salva Kiir, ~~Segundo~~

PROJECTO

Vice-Presidente Ali Osman Taha, e outras entidades sudanesas, incluindo o chefe da delegação do Governo às Negociações de Paz, Majzoub El Khalifa. Enquanto esteve no Sudão, deslocou-se igualmente a Darfur, onde se encontrou com o Secretário Geral de SLM/A, Mini Minnawi, em Birmaza (Norte de Darfur), representantes do JEM, em Nyala, e outros membros do SLM/A em Jabal Mara, o baluarte político do Presidente do ~~Movement's SLM/A~~, Abdulwahid Nour.

10. Nas várias reuniões com as partes sudanesas, o Enviado Especial informou sobre os esforços que estão a ser feitos para retomar as negociações em meados de Setembro. Todas as partes manifestaram a sua disposição de regressar a Abuja, e o seu desejo de fazer progressos significativos durante esta ronda de negociações. Contudo, deve-se mencionar que o Secretário Geral do SLM/A exprimiu o desejo de lhe ser dada a oportunidade de organizar o Congresso Nacional do seu Movimento antes da 6ª Ronda; outros membros do ~~while~~-SLM/A foram de opinião que era importante realizar um Congresso, isto necessitaria de muita preparação para permitir a participação de todos os membros, incluindo representantes das várias tribos, a sociedade civil, intelectuais, mulheres e outros. Concordaram igualmente com o Enviado Especial que as Negociações não devem ficar reféns do Congresso proposto. A posição da UA, comunicada a todos os líderes do SLM/A, era de que qualquer conferência que não incluísse a inteira liderança do Movimento agravaria divisões e por conseguinte deve ser evitada. ~~leaders~~

11. Em Trípoli, o Enviado Especial reuniu-se com o líder da Jamahiria Árabe Líbia, Coronel Muammar Ghaddafi, e com Ali Trikki, o representante líbio nas Negociações de Abuja. O Coronel ~~The Libyan Leader Ghaddafi~~ reiterou o seu apoio às Negociações de Paz conduzidas pela UA em Abuja. No Chade, o Enviado Especial reuniu-se com o Presidente Idriss Deby, com quem analisou a situação em Darfur e discutiu a divergência entre Chade e JEM e a necessidade de manter o papel de co-mediação do Chade, como foi reafirmado pela Cimeira da UA em Sirte, em Julho de 2005.

12. Apraz-me informar o CPS que, na sequência de discussões sobre as vantagens da 6ª Ronda das Negociações de Paz, que se realizou de 21 de Setembro a 20 de Outubro de 2005, e em coordenação com o Presidente da União Africana, os representantes da direcção do JEM foram recebidos em N'djamena, em 24 de Setembro de 2005, pelo Presidente Idriss Deby, na presença de uma delegação chefiada pelo Emb. Baba Gana Kingibe, meu Representante Especial no Sudão. Após uma profunda análise dos obstáculos que impedem o processo de paz em Darfur e uma completa revisão das divergências anteriores entre Chade e JEM, as duas partes decidiram o seguinte:

- uma reafirmação do papel de Chade como um co-mediador neutro e imparcial no processo de paz de Darfur;

PROJECTO

- o compromisso de Chade e do JEM de cooperarem com vista a resolver, através do diálogo, os actuais e quaisquer futuros problemas;
- o compromisso de Chade de facilitar a livre circulação, com toda a segurança, no seu território, dos representantes do JEM em missões oficiais relacionadas com o processo de paz;
- o compromisso de Chade e do JEM de cooperarem plenamente com a cooperação internacional no sentido de encontrar uma solução rápida e duradoura para a crise humanitária que afecta o povo de Darfur; e
- o compromisso de Chade e do JEM de se abster de todas as acções capazes de minar o processo de paz de Darfur.

13. Durante a 6ª Ronda das Negociações, as divisões no seio do SLM/A e a disputa de liderança entre o seu Presidente, por um lado, e o seu Secretário Geral, por outro, pararam as discussões durante quatro dias. Consultas intensas realizadas pela Equipa de Mediação e os parceiros internacionais com o objectivo de restringir as diferenças no seio do SLM/A não alcançaram o resultado desejado. Apesar desses problemas, as Negociações prosseguiram finalmente em 3 de Outubro de 2005, após a conclusão de um Seminário com a duração de uma semana organizado pela Equipa de Mediação, com a assistência de peritos internacionais, sobre as questões que deviam ser discutidas durante a Ronda, nomeadamente: partilha das riquezas, partilha do poder e disposições de segurança. Destes três assuntos, discussões importantes começaram apenas na Comissão de Partilha do Poder porque os Movimentos argumentaram que não estavam equipados para designar dirigentes para as três Comissões simultaneamente. Na Comissão de Partilha de Riquezas, apenas a agenda foi adoptada, e discussões preliminares sobre as disposições de segurança realizaram-se só no fim da Ronda. Muito **ou** poucos progressos foram registados durante a 6ª Ronda. No entanto, antes do fim das Negociações, as partes assinaram um comunicado conjunto manifestando a sua vontade colectiva de tornar a 7ª Ronda decisiva.

14. Na preparação da 7ª Ronda, a Mediação da UA e os parceiros internacionais envidaram esforços consideráveis no sentido de ajudar o SLM/A a superar as suas divisões e garantir a sua participação nas Negociações como um Movimento unido e coeso. A este respeito, convém mencionar que a 42ª reunião do CPS exprimiu a sua preocupação em relação às divisões no SLM/A, e exortou os líderes do Movimento, com a ajuda da UA e o resto da comunidade internacional, a trabalhar para uma resolução das suas diferenças, com vista a facilitar a próxima conclusão das Negociações de Abuja, e a contribuir para a melhoria da situação de segurança em Darfur.

PROJECTO

15. Foi com esta preocupação em mente que a UA e os seus parceiros reagiram à decisão unilateral do Secretário Geral do SLM/A de realizar o Congresso do Movimento, advertindo sobre a necessidade de ser uma conferência de todas as partes que reflectisse a ampla diversidade dos seus membros. Exortaram igualmente a direcção do ~~It was advised that~~ SLM/A a proporcionar a todos os membros uma oportunidade de livremente escolher aqueles que devem liderar o Movimento, para garantir que as diferentes tendências no seio do Movimento sejam reflectidas de forma adequada. ~~should~~ Quando pareceu que o Secretário Geral procederia com a conferência, a UA e os parceiros alertaram sobre os planos para a realização de eleições para uma nova direcção, especialmente dado o facto de que nem todos os dirigentes, nomeadamente o Presidente e o Vice-Presidente, participariam.

~~45-16.~~ Quando finalmente a conferência foi realizada em Hasskaneita, uma cidade no leste de Darfur, de 29 a 31 de Outubro de 2005, as “eleições” foram organizadas de modo a proporcionar uma nova “liderança” para o SLM/A. Subsequentemente, o Presidente e o Vice Presidente, bem como alguns outros membros do SLM/A, rejeitaram o resultado da conferência como “ilegal” e, por conseguinte, “sem efeito”. Embora uma delegação de baixo nível da UA e alguns outros parceiros observassem a conferência, nem a UA nem nenhum dos seus Parceiros fizeram até então qualquer pronunciamento sobre os seus resultados. A conferência e as ~~Even though, Essentially,~~ “eleições” agravaram a divisão no seio do SLM/A, que tem sérias implicações para o processo de paz e outros esforços para pôr termo ao conflito em ~~with~~ Darfur.

~~46-17.~~ Em resposta a estes acontecimentos, e como ficou decidido no final da 6ª Ronda das Negociações, os Estados Unidos da América, com o apoio da UA, lançaram uma iniciativa para ajudar a unir o SLM/A e evitar mais fragmentação do Movimento. Foi neste contexto que, de 8 a 9 de Novembro de 2005, o Governo dos EUA organizou uma reunião em Nairobi para reconciliar as duas facções do SLM/A. As duas delegações foram conduzidas pelo “deposto” Presidente do SLM/A e o “recém-eleito” Vice-Presidente do Movimento, respectivamente. O Sub-Secretário de Estado dos EUA, ~~Presiding over the deliberations was~~ Robert Zoellick, ~~who was in Nairobi, with some of his most Senior Africa Department Advisors~~ presidiu a reunião. A UA foi representada pelo Enviado Especial e Principal Mediador, Salim Ahmed Salim, e o Representante Especial no Sudão, Baba Gana Kingibe. Os Enviados Especiais e outros representantes dos parceiros da UA, incluindo o Reino Unido, Canadá, UE, NU, Noruega, Holanda, França e outros, participaram igualmente na reunião e nos seminários subsequentes sobre o Acordo de Paz Global de Naivasha (CPA) e disposições de segurança em Darfur, também organizados pelos EUA.

~~47-18.~~ A reunião não alcançou o seu objectivo mais importante, nomeadamente o de unir a liderança do SLM/A à volta de uma delegação para as Negociações e de

PROJECTO

adoptar uma posição comum de negociação para a próxima fase crítica das negociações, em volta da qual os líderes e os membros pudessem convergir. Além disso, a facção liderada por ~~Additionally~~ Mini Minnawi recusou participar no seminário seguinte sobre partilha das riquezas, organizado pelo Banco Mundial de 11 a 16 de Novembro de 2006 a pedido da UA. ~~,on wealth-sharing, from 11 to 16 November 2005~~

~~48-19.~~ Na sequência dos acontecimentos em Nairobi, prosseguiram-se esforços com vista a encorajar os líderes do SLM/A a adoptar uma abordagem unida e inclusiva nas negociações. Após a visita do Secretário de Estado Adjunto dos EUA a Darfur, e a visita do Enviado Especial do Canadá à região, consultas foram realizadas em Washington entre o meu Enviado Especial, ~~the Special Envoy and Chief Mediator with~~ Salim Ahmed Salim, e altos funcionários do Departamento de Estado dos EUA com o mesmo objectivo de unir a liderança do SLM/A. O Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, Jan Pronk, também visitou Darfur e encontrou-se com os líderes do SLM/A, para lhes transmitir a mesma mensagem da importância da unidade e abrangência. Posteriormente, como foi decidido entre os EUA e a UA, uma outra delegação dos Estados Unidos, desta vez conduzida pela Secretária de Estado Adjunta para Assuntos Africanos, Jendayi Frazer, visitou Darfur em 19 de Novembro de 2005, para envolver mais uma vez as duas facções do ~~again groups in~~ SLM/A.

~~49-20.~~ Antes da reunião, o meu Representante Especial no Sudão deslocou-se até Muhajeria, em Darfur, em 18 de Novembro de 2005, para se encontrar com Mini Minnawi. Ele exortou-o a participar na reunião que devia ser realizada no dia seguinte no Quartel-general das Forças Armadas de AMIS, onde Abdulwahid El Nour estaria igualmente presente. ~~will~~ Nessa reunião de 19 de Novembro de 2005, facilitada por AMIS, a Delegação dos EUA, integrada pelo Representante Especial da UA e o Chefe da Equipa de Mediação da UA, reuniu-se com Mini Minnawi e Abdulwahid El Nour. Como em Nairobi, o objectivo da reunião era levar os dois grupos a concordar com uma das duas opções que lhes foram apresentadas ~~as follows:~~

- ~~the first and preferred option~~ Opção 1, a opção preferida, seria enviar uma delegação do SLM/A à 7ª Ronda das Negociações com uma posição comum de negociação, como uma demonstração do forte compromisso do SLM/A a uma solução pacífica para o conflito em Darfur; e
- ~~the second option~~ Opção 2, que foi energicamente desencorajada, seria enviar duas delegações do SLM/A às Negociações, com uma posição comum de negociação.

~~20-21.~~ O grupo liderado por Abdulwahid El Nour manifestou a sua disposição de concordar com a primeira opção. Contudo, o grupo afirmou que, por causa da sua

PROJECTO

rejeição ao resultado da Conferência de ~~hooded the above call and~~ Hasskaneita, havia agora efectivamente dois grupos no SLM/A e a sua preferência era ir a Abuja como grupos separados, mas com uma posição comum de negociação, se possível. De sua parte, o grupo de Mini Minnaw afirmou que Abdulwahid El Nur tinha sido afastado do cargo pela Conferência realizada em Haaskaneita e era agora um membro “comum” do SLM/A. Consequentemente, apenas uma delegação podia representar o SLM/A nas Negociações e tinha de ser designada pela “nova liderança”, que não aceitaria nenhum outro acordo. Mini Minnawi concluiu que, no caso de a UA e seus parceiros decidirem permitir os dois grupos nas negociações de Abuja, a “nova liderança” se retiraria das Negociações e não se consideraria vinculada por quaisquer acordos anteriores.

~~24~~-22. No final da reunião, a Secretária de Estado Adjunta dos EUA exprimiu o desapontamento do seu Governo em relação aos resultados das duas reuniões de Nairobi e El Fasher. Ela transmitiu a posição unida da comunidade internacional contra qualquer tentativa de minar o processo de paz em Abuja. Ela realçou que a comunidade internacional tomaria uma firme posição (incluindo a possibilidade de sanções) contra qualquer parte que decidisse retirar-se das Negociações. Por outro lado, tanto o Representante Especial da UA no Sudão como o Chefe da Equipa de Mediação realçaram a resolução de a UA facilitar um processo global.

~~22~~-23. Após a reunião de El Fasher, e através dos esforços exercidos pelo Governo do Chade, com o apoio da UA e Eritreia e Líbia, uma reunião dos líderes do SLM/A foi realizada em N'djamena, em 26 de Novembro de 2005. Tanto Abdulwahid El Nur como Mini Minnawi participaram nesta reunião e comprometeram-se a harmonizar as suas posições de negociação e a criar uma Comissão para trabalhar para a reconciliação no seio do SLM/A.

~~24~~-24. A 7ª Ronda das Negociações de Paz Inter-Sudanesas iniciou em 19 de Novembro de 2005 em Abuja. Em conformidade com o acordo conseguido em N'djamena, entre Abdulwahid El Nur e Mini Minnawi do SLM/A, ambos os líderes chegaram em Abuja, com um compromisso declarado de tornar a 7ª Ronda decisiva. Apesar deste entendimento, foi gasto um período de tempo considerável antes da abertura das Negociações para evitar uma eventual crise entre as duas facções sobre a questão do plano de discursos e a composição das suas delegações às Negociações. Decidiu-se finalmente que os dois líderes do SLM/A não falariam na abertura da 7ª Ronda, mas sim permitiriam o representante do JEM falar em nome dos Movimentos. Este acordo superou as dificuldades iniciais para a abertura da 7ª Ronda.
~~That~~

25. Assim, a Comissão de Partilha do Poder concluiu os três primeiros pontos da sua agenda relacionados com: princípios gerais para a partilha do poder; critérios e directivas para a partilha do poder; e direitos humanos. As discussões estão, contudo, actualmente paralisadas por causa das posições divergentes das partes sobre o quarto ponto da agenda, nomeadamente federalismo e todos os níveis de governação e suas

PROJECTO

competências. As partes apresentaram as suas respectivas posições sobre a questão, realçando quatro aspectos do sistema federal que lhes dizem respeito:

- o estatuto de Darfur (Uma região ou 3 estados);
- a representação dos Movimentos na Presidência;
- a administração capital federal; e
- os limites de Darfur.

~~26~~-26. Para ajudar as partes a reduzir o fosso entre as suas posições, a Equipa de Mediação da UA submeteu uma proposta sobre os quatro assuntos. Os Movimentos rejeitaram-na e reiteraram as suas exigências. O Governo, que considerou a proposta de Mediação da UA como uma base sólida para discussão, não aceitou essas exigências. Todos os esforços exercidos até então, incluindo as conversações de proximidade e negociações em pequenos grupos, não produziram nenhuns resultados positivos. Pressão deve ser exercida a um nível mais elevado para levar as partes a demonstrar mais flexibilidade com vista a permitir mais compromissos sobre as questões em análise. A nova proposta da Equipa de Mediação da UA, nomeadamente protelar as discussões sobre o ponto quatro por agora e avançar para o ponto 5, i.e. sobre a representação a níveis de governação, deve ser aceite pelas partes.

| ~~27~~-27. A Comissão de Partilha de Riquezas fez progressos significativos sobre as questões da sua agenda. Os seminários organizados em Abuja pela Mediação durante a 6ª Ronda, e em Nairobi, pelos EUA e Banco Mundial, contribuíram para a edificação da confiança entre os representantes do Governo e dos Movimentos. As partes já concordaram com o primeiro ponto da agenda relativo aos princípios gerais. Concluíram igualmente as discussões através das reuniões bilaterais com a Equipa de Mediação, bem como nas sessões plenárias, sobre federalismo fiscal, critérios para a partilha de riquezas, políticas económicas nacionais e relações intergovernamentais, questões de terras e programas urgentes para PDIs e refugiados. Os restantes dois pontos a serem considerados relacionam-se com os Mecanismos de Implementação e Garantias e as Provisões Gerais. Os documentos submetidos pela Equipa de Mediação e especialistas foram largamente aceites pelas partes, com excepção de poucos parágrafos colocados entre parênteses sobre os quais continuam as discussões. As questões pendentes referem-se a:
mainly

- a Comissão de Afecção Fiscal e Financeira e Monitorização a ser criada de acordo com o estabelecido CPA, e a partilha do petróleo e outros recursos naturais para Darfur;
- a afecção à Darfur de uma percentagem fixa do total do rendimento nacional anual;
- a criação de um Fundo para Reconstrução e Desenvolvimento de Darfur como uma amostra do Fundo para Reconstrução e Desenvolvimento Nacional previsto no CPA;

PROJECTO

- o papel de liderança do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e/ou do Banco Mundial na Missão de Avaliação Conjunta (JAM) a ser realizada com vista a identificar e quantificar as necessidades da recuperação económica pós-conflito, desenvolvimento e programas de erradicação da pobreza para Darfur;
- o estabelecimento e registo de terras em Darfur ao abrigo do Acto de Estabelecimento e Registo de Terras de 1925; e
- a questão de compensação no âmbito dos programas urgentes para Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs), refugiados e outras pessoas afectadas pela guerra.

28. Em relação à Comissão do Plano de Segurança, na sequência de consultas informais, que duraram cerca de um mês, a Equipa de Mediação finalmente foi bem sucedida em levar as partes a aceitar o projecto de agenda. Numa sessão plenária realizada em 23 de Dezembro de 2005, as partes adoptaram a seguinte agenda de cinco pontos: princípios gerais; plano de segurança para um cessar-fogo humanitário intensificado; cessar-fogo alargado e plano de segurança final; reintegração social; e prazo para implementação.

29. A questão contenciosa foi que cada parte na Comissão do Plano de Segurança queria ver todas as suas preocupações mencionadas, em pormenores, na agenda. Finalmente, as partes concordaram com títulos gerais como pontos de agenda, sobre os quais cada uma delas teria a oportunidade de apresentar as suas próprias posições. As discussões iniciaram sobre os princípios gerais. O ritmo dos progressos é muito lento. As partes adoptaram posições maximalistas sobre a questão, confundindo algumas vezes princípios com modalidades e mecanismos de implementação.

30. Sobre uma questão relacionada, gostaria de informar o Conselho que a Comissão levou a cabo várias iniciativas destinadas a resolver as dimensões do género do conflito em Darfur e a reforçar a participação das mulheres nas Negociações de Paz Inter-Sudanesas em curso. Isto está em conformidade com a Declaração Solene dos Chefes de Estado e de Governo da UA sobre Igualdade do Género em África (2004), o Protocolo da UA à Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos sobre os Direitos da Mulher (2003), e Resolução nº 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Mulher, Paz e Segurança (2000). A este respeito, designei uma Conselheira Principal sobre Questões do Género para AMIS, que se juntou à Equipa de Mediação em Abuja no início da 7ª Ronda.

31. Com o apoio de UNIFEM, uma Equipa de Apoio de Peritos em matéria do Género (GEST) constituída por vinte mulheres de Darfur foi levada a Abuja para apoiar o processo de paz sobre questões do género e sobre outras questões mais gerais. A GEST, que chegou em Abuja em 10 de Dezembro e permaneceu 20 dias, foi composta por economistas, advogadas, técnicas da saúde, parlamentares,

PROJECTO

pedagogas, ministras, conferencistas, mulheres que trabalham nas zonas rurais, nas aldeias, nos centros de apoio de mulheres bem como nos campos de refugiados e das PDIs.

32. Esforços foram feitos para edificar e incentivar a esperança e confiança no seio das mulheres das diferentes Partes. As mulheres iniciaram um diálogo construtivo e trabalharam juntas para criar uma plataforma comum sobre o género para as mulheres de Darfur, contida num documento intitulado "Preocupações Prioritárias das Mulheres para a Reconstrução em Darfur", que foi apresentado a uma Plenária que contou com a participação do Enviado Especial e Principal Mediador, as partes em negociação, e os parceiros, em 20 de Dezembro de 2005, como a visão comum para todas as mulheres de Darfur que estão nas Negociações de Paz.

33. O papel desempenhado pela GEST ajudou a mostrar um outro lado às mulheres de Darfur, i.e. não apenas como vítimas de guerra, mas também como agentes activas com uma contribuição significativa a fazer para a busca de uma solução duradoura para o conflito, Através da sua presença nas negociações de Abuja as mulheres foram capazes de envolver as Partes como principais interessadas no processo de paz. Todavia, é preciso fazer mais ainda, particularmente em termos de integrar maior número de mulheres no Processo de Paz e garantir que as suas preocupações, sejam consideradas nos acordos finais de paz.

34. Além disso, em Outubro de 2005, a Comissão enviou uma missão técnica peritos em matéria de género a Darfur para avaliar a situação no terreno, com vista a fazer recomendações concretas no futuro. O objectivo é apoiar uma Delegação de Alto Nível de Mulheres Africanas para participar numa missão de solidariedade a Darfur:

III. SITUAÇÃO DA SEGURANÇA

35. A situação da segurança em Darfur desde Maio de 2005 testemunhou um aumento relativo nos principais confrontos militares entre as facções rivais. As principais preocupações de segurança envolveram casos de banditismo armado, roubo de gado, ataque contra os comboios das ONG, rapto, e interrupção de actividades nos campos das PDIs. Do total de 496 relatórios de investigação deliberados pela Comissão de Cessar-Fogo (CFC) durante o período em análise, 139 foram considerados violações de cessar-fogo atribuídas não só às partes reconhecidas no conflito, mas também às várias milícias armadas descontroladas e que proliferam.

36. Esta tendência mudou no início de Junho de 2005 quando o SLM/A iniciou uma série de ataques contra os comboios administrativos do governo, especialmente nos Sectores 1, 2 e 6, e contra JEM, nos Sectores 5, 6 e 8. Durante o período, o SLM/A

PROJECTO

lançou ataques contra as posições de JEM em Kafod (Sector 6), Graidá (Sector 2), Bamina (Sector 5) e Muhajeria (Sector 8). No mês de Julho de 2005, houve mais de cinco ataques contra comboios administrativos governamentais pelo SLM/A em EI - Fasher-Nyala (Sectores 1 & 2) e estradas de Kutum - Kafod (Sector 6). Em represália, as tropas governamentais atacaram as posições de SLM/A em Abu Ramla (Sector 2), em 23 de Julho de 2005. Estes ataques ameaçaram a calma frágil de que a região tinha gozado até então. Nos meses de Junho – Agosto de 2005, praticamente todos os Sectores tinham registado casos de ataques nas Áreas de Responsabilidade (AoR). Houve também choques entre o GoS (Governo do Sudão) e o JEM à volta da aldeia de Megissa, cerca de 51km Noroeste de EI - Geneina (Sector 3). Além disso, houve um conflito intra-partido no seio do SLM/A em Nertiti (Sector 7).

37. O período também conheceu ataques contra o pessoal de AMIS na patrulha, em 25 de Agosto de 2005, por elementos armados perto de Angabou (Sector 8), bem como a recusa de acesso às áreas controladas por particularmente o SLM/A nos Sectores 1, 2, 5, 6 e 8. De igual preocupação foi a emboscada num comboio do Programa Alimentar Mundial (PAM) entre Ishma e Um Zeifah (Sector 2), em 29 de Agosto de 2005, por elementos armados não identificados, durante a qual uma patrulha da AMIS foi igualmente atacada.

38. Em 15 de Setembro de 2005, a situação da segurança começou a deteriorar nos Estados do Norte e Sul de Darfur, especialmente nas áreas de Shangil Tobaya e Malam (Sector 1), onde guerrilheiros armados atacaram uma patrulha da AMIS. As populações locais foram igualmente atacadas pelas partes ao conflito. Foram os ataques contra a aldeia Kourbia (Sector 1), em 17 de Setembro de 2005, por Janjaweed/milícia armada, bem como ataques coordenados pela Janjaweed/milícia armada, apoiada pelas tropas governamentais, em 18 de Setembro de 2005 em Cartum Djadeed, Saudego, Kharsantougur, Tarmy Martal e Djabain, nos Sectores 1 e 4. Vários civis foram assassinados ou feridos, casas foram incendiadas e lojas foram saqueadas. Mais de 400 habitantes da área foram transferidos para os campos das PDIs em Zamzam ou Tawilla IDP. Em 19 de Setembro de 2005, ataques foram lançados por SLM/A em Sheiria e Khazan Gadeed, no Sector 8, levando à retirada dos serviços por algumas ONGs e uma grande deslocação das populações locais, o que agravou a já frágil situação humanitária na área. Ainda no mesmo dia, uma Equipa de investigação de AMIS em Khormley, perto de Shangil Tobaya (Sector 1), foi atacada por homens armados que se suspeita serem de Janjaweed/milícia armada. Em 28 de Setembro de 2005, cerca de 400 Janjaweed/milícias armadas atacaram o campo das PDIs de Arusharo, aldeia de Arga e parte da aldeia de Gosmino, o que aterrorizou a comunidade internacional e provocou vasta condenação.

39. Desde Outubro de 2005, tem havido uma escalada no número de violações de cessar-fogo. Algumas das violações mais graves do Acordo de Cessar-Fogo Humanitário foram registadas durante este período. Muito preocupante foi o ataque

PROJECTO

por homens armados desconhecidos contra uma equipa de patrulha de AMIS de Khor Abeche Group Site em 8 de Outubro de 2005, que resultou na morte de quatro membros do contingente da Nigéria que trabalham com AMIS no Sector 2 e dois condutores civis que eram empregados de um fornecedor de AMIS, PAE. Em 9 de Outubro de 2005, o pessoal da UA foi raptado por uma facção do JEM liderada por Mohammed Salleh, em 29 de Outubro de 2005 e, de uma forma semelhante, uma patrulha de AMIS no Sector 5 foi atacada por elementos de NMRD, comandados pelo Coronel Jibril. Durante estes ataques, veículos, armas e munições da AMIS foram apreendidos pelos atacantes.

40. Em reacção a estes incidentes de 8 e 9 de Outubro, emiti um comunicado no qual condenei sem reserva os assassinatos. Solicitei igualmente a libertação imediata de todo o pessoal raptado de AMIS. Salientei a determinação da Comissão da UA, em conformidade com decisões prévias, de levar à atenção do CPS e Conselho de Segurança das Nações Unidas, este incidente e outros incidentes anteriores, bem como o agravamento da situação da segurança em Darfur, para sua deliberação e acção apropriada.

41. Reiterei o meu apelo ao Governo Sudanês no sentido de cooperar plenamente com AMIS, particularmente no que diz respeito à organização e preparação do equipamento necessário para aumentar a eficiência da Missão. Sob este aspecto, solicitei o Governo a acelerar a medida sobre a emissão de autorização diplomática para a instalação de todos os 105 Veículos Blindados de Transporte de Tropas (VTT), necessários para a protecção do pessoal de AMIS e a população civil em Darfur. Gostaria de mencionar que, depois de contínuas diligências levadas a cabo pela Comissão e seus parceiros, o obstáculo à instalação deste equipamento foi retirado; os VTT estão agora na área da missão.

42. Devido ataques contínuos contra o pessoal de AMIS e a gravidade do assunto, decidi enviar uma equipa de alto nível a Darfur, para providenciar o apoio à direcção de AMIS e a todo o pessoal de AMIS, e realizar discussões para evitar a recorrência desses incidentes no futuro. Várias recomendações foram subsequentemente feitas, que agora estão a ser implementadas.

43. A cisão na liderança do SLM/A é uma questão de grande preocupação. Esta situação está a afectar em grande medida as forças do SLM/A no terreno; os comandantes estão actualmente divididos e por isso exercem autoridade e controlam as linhas faccionárias; Esta fragmentação do SLA complica a situação de segurança em Darfur. Recentemente, as consequências fragmentação conduziram a uma série de ataques contra civis inocentes e contra as forças do SLM/A. Estes ataques foram dirigidos contra aqueles que foram considerados leais à facção opositora. Alegou-se que o SLM/A em Halif, cerca de 100km de Malha, Sector 6, foi dividido ao longo das fronteiras tribais de Zaghawa e Meidop. Como resultado, surgiram choques intra-SLM/A em 11 de Novembro, durante os quais alguns Zaghawas, segundo notícias, capturaram membros dos Meidops, incluindo os que

PROJECTO

participaram na 6ª Ronda das Negociações de Paz. Alguns dias depois, houve um confronto entre membros do SLM/A de Zaghawa e Berti, que resultou na morte de pelo menos 15 pessoas. Esta fragmentação teve um impacto negativo nas operações de AMIS e ONG, porque muitas das áreas controladas pelo SML/A foram declaradas inseguras e inacessíveis.

44. Convém igualmente mencionar o combate entre os Fallata e Massalit no Sector 2, na área geral de Graidá, de 6 a 17 de Novembro de 2005. Cerca de 60 pessoas perderam a vida durante o confronto entre os dois grupos, enquanto 15.000 pessoas foram deslocadas. Para piorar a situação, os chefes guerreiros tribais recusaram permitir que os Massalit mortos na área de Sergela, norte de Graidá, fossem enterrados, porque alegaram os assassinatos tinham sido cometidos, segundo eles, pelos elementos do JEM. Os mortos foram finalmente enterrados após a intervenção de CFC e Wali (governador) do Sul de Darfur.

45. Em 18 de Novembro, as Forças Armadas Sudanesas (SAF) conduziram uma operação na área de Jebel Moon, usando helicópteros armados, alegadamente contra desertores chadianos que tinham entrado na área. No entanto, as indicações eram de que não havia sinal de desertores chadianos na área, embora relatos recentes do Sector 5 indicassem a presença de dissidentes chadianos armados em Tar-Higo.

46. Em 6 de Janeiro de 2006, uma patrulha de AMIS constituída por elementos do contingente senegalês em Kulbus (Sector 5), foi atacada por homens armados não identificados na aldeia de Girgira, cerca de 20KM de Kulbus. A patrulha regressava a Kulbus após ter escoltado com sucesso um camião de PAE até Tine. Condenei energicamente este ataque que resultou num morto e dez feridos.

47. Uma nova dimensão da situação global foi provocada pelo uso de veículos de cor branca de AMIS pelas partes para disfarçar as suas identidades e lançar ataques surpresas contra os seus opositores. Por exemplo, em 2 de Novembro de 2005, um helicóptero armado de cor branca do Governo foi visto a sobrevoar Muhajeria do norte no Sector 8, enquanto três veículos do Governo da cor branca foram vistos a entrar na cidade de Zalinje no mesmo dia. Este novo acontecimento ameaça minar a credibilidade de AMIS e atrair a Missão para o conflito.

48. A situação em [Darfur](#) pode simplesmente ser mais complicada pela actual tensão entre Sudão e Chade, [especialmente](#) depois do ataque na cidade fronteiriça chadiana de [Adre](#), em [18 de Dezembro de 2005](#), por alguns rebeldes chadianos. Chade acusou Sudão de envolvimento neste ataque. Esta acusação foi rejeitada pelas autoridades sudanesas. Este acontecimento tem o potencial de incrementar a tensão entre os dois países, desestabilizando deste modo toda a região fronteiriça e ainda complicando o já complexo conflito em Darfur. Por essa razão, enviei uma missão de investigação a ambos os países para exortar moderação, enquanto esforços são feitos para desanuviar a tensão entre os dois países. O CPS que foi

PROJECTO

informado da situação em 29 de Dezembro de 2005, decidiu analisar a situação à luz dos resultados da Cimeira dos Dirigentes Africanos que devia realizar-se em Trípoli em 4 de Janeiro; a Cimeira foi finalmente adiada. Gostaria igualmente de realçar que a Cimeira Extraordinária de CEMAC, realizada em N'Djamena, em 4 de Janeiro de 2006, analisou a situação, e solicitou o CPS a analisar urgentemente os graves incidentes na fronteira entre Chade e Sudão.

49. A deterioração da situação da segurança na fronteira Chado-Sudanesa está relacionada com acontecimentos que se registaram no Chade. Deve-se recordar que na noite de Domingo 14 para Segunda-feira 15 de Novembro de 2005, o acampamento da guarda nómada nacional em N'djamena e o campo de treino de Koundoul, no Sul da cidade capital, foram atacados. Estes ataques ocorreram depois que soldados do exército nacional chadiano desertaram no início de Outubro de 2005. Estes soldados entrincheiraram-se ao longo da fronteira e criaram um movimento chamado a Base para Mudança, Unidade Nacional e Democracia. Num comunicado emitido em 16 de Novembro, condenei esses ataques, e realcei as suas eventuais implicações regionais. Reiterei o compromisso da UA à resolução pacífica de conflitos na base do respeito pelas instituições dos países membros.

IV. SITUAÇÃO DE DESTACAMENTO DE AMIS E ASPECTOS AFINS

(i) Situação de destacamento

50. Na sequência da decisão do CPS de aumentar o efectivo de AMIS para um total de 6.171 militares, com uma adequada componente civil, incluindo 1.560 polícias civis, esforços contínuos foram feitos para gerar e instalar esta força recentemente autorizada. No momento da conclusão deste relatório, o efectivo total da AMIS, incluindo componentes militar e civil, era de 6.794.

51. A situação de destacamento da componente militar era a seguinte: Nigéria: 3 batalhões 680 = 2040; Ruanda: 3 batalhões (1 de 680 e 2 de 538) = 1756; Senegal: 1 batalhão = 538; Gambia: 1 companhia = 196; Chade: 1 Pelotão em Abeche = 40; Quênia: 1 Pelotão de polícia militar = 60; África do Sul: 285 militares, representando uma companhia de 241, uma Secção de técnicos de iluminação de 38 e uma Secção de Distribuição de Arsenal Explosivo (EOD) de 6. Para completar o destacamento da componente da Força de Protecção, a África do Sul foi solicitada a destacar mais pessoal de acordo com o seguinte: um batalhão de 538, uma companhia de reserva de 120; uma companhia de técnicos de iluminação de 100, e uma equipa de EOD de 10. Além da Força de Protecção, 721 Observadores Militares (MILOBs) provenientes de 25 países africanos, partes sudanesas e de alguns parceiros foram destacados em Darfur. Assim, o total de 5.641 militares, incluindo membros da Comissão de Cessar-Fogo e do pessoal internacional, estão actualmente destacados em Darfur.

PROJECTO

52. Para eficácia operacional, e em conformidade com o mandato de AMIS, o conceito de operações (Conops) da componente militar foi designado para reforçar a capacidade de monitorização de AMIS até um nível em que pode realizar uma monitorização pró-activa. É baseada na criação de 8 Sectores para cobrir toda a região de Darfur com patrulhas aéreas e rodoviárias, bem como realizar tarefas para a edificação de confiança e a escolta dos comboios das ONGs, agências das NU, PAE, e o tráfico comercial. Todos quartéis-generais (HQs) do Sector estão co-localizados com os Grupos de MILOB (MGS), enquanto os restantes MGS estão situados independentemente.

53. Como se afirmou acima, a força autorizada de CIVPOL (policia civil) é de 1.560. A actual força é de 1.320, representando 85% da força autorizada, que é constituída por 1.077 polícias do sexo masculino e 243 polícias do sexo feminino de 16 países.

54. O conceito de destacamento policial é co-localizar AMIS CIV/POLs com a Força de Protecção, para garantir a sua segurança. Igualmente importante é a localização dos CIVPOLs perto dos campos de PDIs e as vilas sudanesas mais vulneráveis para facilitar a interacção com as PDIs e promover deste modo a instauração da confiança. O objectivo a longo prazo é encorajar as PDIs a regressar às suas aldeias e restaurar a imagem das suas vidas anteriores. As operações de AMIS CIVPOL estão a progredir regularmente. Significativas invasões foram realizadas para a instauração da confiança na relação entre AMIS CIVPOL – PDIs – polícia do GoS (Governo do Sudão). Conceitos de abordagem comunitária estão a ser utilizados com grande vantagem pela AMIS CIVPOL: e.g. patrulhas a pé, contactos de pessoa-a-pessoa, e reuniões com a comunidade para identificar problemas e procurar uma solução mutuamente satisfatória. Embora AMIS CIVPOLs devam ser acompanhados pela Força de protecção durante as patrulhas fora das áreas habitadas, eles patrulham desacompanhados nos campos das PDIs e dos postos da polícia para o Group Site ou quartéis-generais do Sector. Convém registar que a CIVPOL está agora a operar em algumas áreas controladas pelo SLMA, como Muhajeria, enquanto que em áreas como Graidá é ainda recusado o livre movimento.

(ii) Aspectos logísticos

55. Embora a Comissão fosse capaz de agir com rapidez para conseguir a força autorizada recentemente, ela não pôde contudo proporcionar, no mesmo período de tempo, alguns equipamentos essenciais, como veículos e comunicação. Como consequência, AMIS teve de funcionar com cerca de metade da capacidade logística necessária. Assim, a capacidade operacional foi reduzida pela falta de veículos enquanto, a nível táctico, comando e controlo foi dificultado por uma deficiência de equipamento de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação). No entanto, medidas estão a ser tomadas para a resolução deste problema. A missão

PROJECTO

encomendou mais 462 veículos, que devem chegar na área da Missão na terceira semana de Janeiro, elevando o total de veículos para AMIS para 1.125. Igualmente, 66 estações de base HF e VHF, 50 rádios móveis, 544 rádios portáteis, 245 thurayas e 16 telefones VSAT foram encomendados, para completar o número relativamente grande de equipamento de comunicação que foi instalado na área da Missão.

56. Na sequência da nova melhoria, a Missão foi capaz de gerir as exigências dos elementos de apoio à vida, como alimentos e serviços médicos, bem como combustível. Do mesmo modo, o desenvolvimento dos acampamentos procedeu em conformidade com a capacidade planeada, embora o ritmo de instalação da força adicional tivesse resultado na superlotação de alguns acampamentos.

57. O número de helicópteros aumentou de dezoito para vinte e cinco através de donativos do Governo de Canadá. O contrato para o aluguer de quatro aviões de asa fixa foi finalizado e será financiado pelo Governo da Holanda. A frota será ainda aumentada por mais dois aviões de asa fixa a serem financiados pelo Governo do Canadá. Os helicópteros e os aviões de asa fixa aumentarão a capacidade operacional da Missão e proporcionarão a capacidade de transporte para o fornecimento de alimento e outros materiais de Cartum para El Fasher e de El Fasher para os Sectores, que libertarão os helicópteros para serviços operacionais. Como se frisou acima, os 105 Veículos Blindados de Transporte de Tropas (VTTs) doados pelo Governo Canadianos estão agora todos na Área da Missão. Estão presentemente a ser preparados para a montagem de metralhadoras co-axiais e equipamento de comunicação para permitir os homens da equipa de trabalho retomar o seu treino em Janeiro de 2006. A colocação desses VTTs ao longo dos Sectores proporcionará à Missão maior capacidade de auto-defesa e, se for necessário, da protecção da população civil.

58. A experiência até agora no fornecimento de provisões e serviços à Missão através da aquisição de serviços a fornecedores indicou que há necessidade de a Missão desenvolver a capacidade de auto-sustentação nas áreas de restauração, transmissão, serviços médicos e engenharia. Neste sentido, a Comissão solicitou os Países que Contribuem com Tropas (TCCs) a destacar unidades de reforço de logística para proporcionar a restauração e alguns serviços de engenharia, transmissão e serviços médicos de nível 1, durante o revezamento de tropas de Fevereiro a Abril de 2006. Convém realçar que, no domínio de compras, a UA não tem nem infra-estrutura logística nem a experiência para realizar operações de compras de grandes quantidades e urgentes, cujo montante se eleva a milhões de dólares.

59. No que diz respeito mais especificamente a CIVPOL, e em conformidade com o Conceito de Operações, foi concedido alojamento em todos os acampamentos nos Sectores e Locais de Grupo para os oficiais de CIVPOL. Vinte e seis (26) dos 65 postos fixos de polícia de CIVPOL propostos nos campos das PDIs

PROJECTO

e aldeias designadas foram concluídos e estão operacionais. O contrato para a construção dos restantes 39 postos de polícia está actualmente a ser processados. Contudo, alguns deles tem demonstrado defeitos estruturais e a maior parte dos geradores nos postos de polícia demoliram, mas medidas estão a ser tomadas para a sua melhoria.. A falta de intérpretes nos postos de polícia tem igualmente afectado a sua eficiência operacional A Missão está a tomar medidas para resolver o problema.

a. Força Tarefa Integrada de Darfur (DITF)

60. Desde o meu último relatório, progressos têm sido feitos no reforço da DITF, cujo papel é assistir com o planeamento, produção de força, aprovisionamento e logística, apoio administrativo e ligação com os parceiros. Para consolidar estes progressos, medidas estão a ser tomadas para acelerar o processo de recrutamento, para permitir a Comissão garantir uma gestão operacional mais efectiva da DITF e do Centro Conjunto de Operações Logísticas sediado em El Fasher (JLOC), que presentemente depende, em grande medida, dos peritos que são generosamente disponibilizados pelos nossos parceiros. A UA tem de resolver a capacidade necessária para o recrutamento do pessoal em grande escala e num ritmo rápido. Foi criada uma Unidade de Análise de Informação que proporciona análise regular de ameaças na área da Missão. A criação e operacionalização da DITF e do JLOC provaram ser muito úteis, mas a DITF, o QG da Missão e o QG Avançado da Missão têm contudo de funcionar de um modo plenamente coordenado.

b. Aspectos financeiros

61. Na sequência da decisão do CPS de 28 de Abril de 2005, um orçamento estimado em US \$ 465,9 milhões foi elaborado para um período de um ano, com início em 1 de Julho de 2005. Embora significativas contribuições (US \$ 312,7 milhões, incluindo contribuição em espécie) fossem feitas durante a Conferência para Anúncio de Contribuições realizada em Adis Abeba em 26 de Maio de 2005, há ainda um défice significativo.

62. A falta de contribuições de tesouraria tem sido uma causa principal das dificuldades financeiras enfrentadas por AMIS desde o início da Missão. Embora as necessidades de tesouraria para a AMIS reforçada para o período de 1 de Julho de 2005 a 30 de Junho de 2006 ascendam a US \$ 252,4 milhões, representando 54% do total do orçamento, o montante recebido até 31 de Outubro de 2005 foi de US \$ 65,4 milhões, i.e. um quarto das necessidades de tesouraria. Os fundos recebidos até então no âmbito da AMIS reforçada estão quase esgotados. Estes constrangimentos de caixa são tantos que a Comissão foi forçada a reduzir os subsídios pagos aos MILOBs.

PROJECTO

63. O recente Acordo de Contribuição firmado entre a UA e a União Europeia (UE) reduziu o défice, através da disponibilização de um montante adicional de 70 milhões de Euros (US \$ 84 Milhões) do Fundo para a Paz em África. Além disso, fundos são esperados do Canadá (US \$12,03 milhões para combustível de aviões e alojamento de CIVPOL); Reino Unido (US \$6 milhões para cobrir as despesas de combustível)); França (US \$ 1 milhão para cobrir outras despesas operacionais). Este montante total de US \$ 103,03 milhões cobrirá as principais despesas da Missão tais como salários, subsídios e despesas operacionais. No entanto, um montante adicional de US \$ 4,6 milhões é ainda necessário para cobrir outras rubricas orçamentais, e sustentar a Missão até 31 de Março de 2006.

64. No conjunto, a falta de fundos foi um grande constrangimento, e na medida em que a UA não pode gerar fundos de forma segura, o apoio à Missão sofrerá inevitavelmente. A experiência de AMIS demonstrou a dificultada de montar grandes operações de apoio à paz por um período longo sem dispor de fontes de financiamento confiáveis.

c. Cooperação com os Parceiros

65. A cooperação estreita entre a UA e os parceiros continua a ser uma característica essencial de uma AMIS reforçada. Desde a sua criação, a Missão recebeu significativo apoio financeiro, técnico e diplomático dos parceiros. Este apoio continuou depois da Missão de Avaliação conduzida pela UA em Março e incluiu a Conferência para Anúncio de Contribuições para AMIS, de 26 de Maio de 2005, que foi co-presidida pelo Secretário Geral das Nações Unidas e eu próprio. As relações entre a UA e os parceiros baseiam-se numa constante troca de opiniões no terreno, na Sede da Comissão da UA – através das reuniões do Grupo de Ligação e a nível das capitais dos doadores bem como nas trocas de visitas regulares.

66. Durante o período em análise, UNMIS, através da sua Unidade de Assistência na DITF, continuou a apoiar a UA nos aspectos estratégicos de gestão de AMIS. Isto incluiu apoio nas áreas de planeamento de militar, da polícia e logística e, mais recentemente, orçamento e finança. Em Cartum, o meu Representante Especial está em contacto regular com o Representante Especial do Secretário Geral das NU e seu gabinete para coordenar os esforços políticos e de apoio à paz. Em Darfur, AMIS, UNMIS e outras agências das NU continuaram a coordenar estreitamente para garantir sinergia entre as operações militares, políticas e humanitárias. As NU apoiaram igualmente no fornecimento de ligações estratégicas de comunicações.

PROJECTO

67. Em Junho de 2005, uma avaliação das necessidades de formação foi realizada em colaboração com os parceiros para melhorar a proficiência dos MILOBs, CivPols, e os elementos da Força de Protecção. Como parte deste processo, os MILOBs participaram num curso de pré-destacamento patrocinado pelas NU em Nairobi em Junho de 2005. Foi dada igualmente formação aos condutores dos VTT e operadores de torres blindadas pelos membros das Forças Armadas Canadianas em Julho e Agosto de 2005. Um Exercício Cartográfico (MAPEX), organizado pelas Nações Unidas, foi conduzido na DITF e área da missão, e revelou a força e a fragilidade de AMIS a todos os níveis. As lições aprendidas deste exercício estão a ser implementadas. Finalmente, NATO proporcionou igualmente formação para operações de apoio à paz a 104 MILOBs e Força de Protecção, em Setembro de 2005.

68. Uma contribuição muito significativa foi feita pelos parceiros durante o destacamento das tropas para a AMIS reforçada através da provisão de ponte aérea estratégica que foi bem organizada e executada. NATO e os países da UE, providenciaram as pontes aéreas para os três batalhões da Nigéria, três batalhões de Ruanda, um batalhão do Senegal e uma companhia da Gambia. Os parceiros providenciarão igualmente ponte aérea durante o revezamento das tropas que está previsto de Fevereiro a Abril de 2006.

V. OUTROS ASPECTOS OPERACIONAIS

(i) Visita da Equipa de Verificação Conjunta

69. A Equipa de Verificação Conjunta da UA como mandatada pela Comissão Conjunta e conduzida pelo General Mahamat Ali Abdallah do Chade visitou Darfur em de 22 de Maio de 2005. A equipa devia verificar as posições ocupadas pelo GoS, SLM/A, JEM e outros Movimentos no terreno. Foi também incumbida de analisar a possibilidade de separar as forças através da criação de zonas tampão. Contudo, a equipa não pôde realizar as suas tarefas devido à indisponibilidade SLM/A e JEM de cooperarem. Foi apenas o GoS que cooperou plenamente com a equipa. O SLM/A afirmou que só seria parte do exercício depois das Negociações de Paz de Abuja enquanto os representantes do JEM na CFC (CCF) declararam que o Alto Comando do Movimento não estava informado do exercício de verificação. Além disso, ambos os movimentos insistiram no desarmamento simultâneo pelo governo Sudanês das Janjaweed/milícias armadas.

(ii) Actividades das Comissões Conjuntas e de Cessar-fogo

70. Durante o período em análise, a Comissão Conjunta criada pelo Acordo de Cessar-Fogo Humanitário de 8 de Abril de 2004 realizou a sua 9ª sessão em 13 - 14 de Outubro de 2005. A reunião examinou o relatório do Presidente da Comissão de Cessar-Fogo sobre a continuada deterioração da situação de

PROJECTO

segurança e o não cumprimento do Acordo de Cessar-Fogo Humanitário por todas as partes ao conflito de Darfur.

71. Nas conclusões adoptadas no fim da sessão, a Comissão lamentou mais uma vez a continuação das violações do cessar-fogo por todas as partes, condenou a persistência de criminalidade e actos de banditismo contra os civis inocentes e os repetidos ataques contra o pessoal de AMIS e comboios humanitários perpetrados pelas forças dos Movimentos, Janjaweed e outras milícias armadas. Solicitou ainda o desarmamento, sem demora, de Janjaweed/milícias armadas pelo Governo, bem como a imediata retirada das forças de SLM/A de Labado, Graidá e Ishma. Ao solicitar plena cooperação para a rápida criação da Equipa de Verificação, exortou todas as partes a indicar por escrito imediatamente as suas respectivas posições à Comissão de Cessar-Fogo. Apelou igualmente para a organização de patrulhas conjuntas abrangendo todas as partes para garantir a protecção da população civil. A 10ª sessão da Comissão Conjunta, que foi prevista para 20 de Dezembro de 2005 em N'djamena, teve de ser adiada devido a constrangimentos logísticos. Contudo, esforços estão em curso para realizar esta sessão o mais breve possível.

72. Em consequência das decisões da Comissão Conjunta, a CFC (CCF) realizou várias visitas a muitas áreas agitadas como parte dos esforços reconciliatórios e para a instauração da paz entre as partes em conflito. Algumas das principais visitas foram as seguintes:

- visita a Labado e Sheiria (Sector 8) em 7 e 29 de Novembro de 2005 para discutir a retirada de SLM/A e reconciliação tribal respectivamente
- visita em 9 de Novembro de 2005 a Nyala e Graidá depois do surto de hostilidades entre as tribos de Massalit Fallata; e
- visita a Mado, Sayal e Kulkul (Sector 6) em 30 de Novembro de 2005 para discussões com comandantes do SLM/A sobre o cumprimento do ACFH (HCFA).

VI. SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

73. Como se afirmou antes, o período em análise foi marcado por dificuldades persistentes para a acção humanitária e problemas de segurança para as agências humanitárias, PDIs e pessoal de AMIS em todos os três Estados de Darfur. Os incidentes incluem actos de banditismo, roubos de carros, obstáculos ilegais nas estradas, cobrança de imposto ilegal, hostilização de civis, ataques às PDIs, assassinio, e saque de gado. A situação humanitária resultante continua a ser muito preocupante.

PROJECTO

74. Relatórios obtidos pelo Gabinete das NU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) em Darfur, em colaboração com AMIS, indicaram que, até 01 de Abril de 2004, aproximadamente 1,1 milhão de pessoas foram afectadas pela crise e tinham uma necessidade muito grande de assistência humanitária. Em 1 de Setembro de 2005, a situação tinha deteriorado para aproximadamente 3,5 milhões de pessoas afectadas das quais 1,8 milhões eram PDIs. Além disso, há cerca de 200.000 refugiados no Chade. O aumento do número de pessoas afectadas está relacionado não só com a deslocação forçada, mas também com deterioração dos mecanismos de adaptação, escassos recursos, e insegurança. O número de pessoal da ajuda humanitário aumentou de 228 em Abril de 2004 para 14.000 em Setembro de 2005, dos quais cerca de 1.000 são do pessoal internacional. Há 82 ONGs e 13 agências das Nações Unidas, mais outras organizações internacionais, como a CICV e Cruz Vermelha/sociedades de Crescente Vermelho nos três estados de Darfur.

75. Desde o início do conflito, enormes esforços têm sido feitos para proporcionar alimento, cuidados de saúde, água, saneamento, abrigo, e produtos não alimentares (NFIs) aos mais vulneráveis. A assistência é dada não só às PDIs que vivem nos campos e comunidades de abrigo, mas também às populações que vivem nas localidades remotas. Contudo, a cobertura global continua a ser mais elevada nos campos de PDIs e em algumas áreas habitadas de residentes. Os números de pessoas afectadas e que têm necessidade de assistência contínua, como ajuda alimentar mensal, são inteiramente dependentes da situação de segurança prevalente. Os esforços humanitários tiveram um significativo impacto nas populações afectadas, como se demonstra na descida da taxa de subnutrição de 21,80% em 2004 para 11,9% em 2005, enquanto a taxa da mortalidade diminuiu de 0,72 para 0,48/10.000. Não houve grandes registos de surto de epidemias.

76. O esperado aumento de 80% na produção agrícola deste ano pode ser contrabalançado pelo fenómeno de colheitas que estão a ser deliberadamente destruídas e deslocação renovada de populações regressadas recentemente, como resultado de actividades hostis. Não há nenhuma probabilidade das pessoas em Darfur conseguirem uma grande safra, conseqüentemente haverá ainda a necessidade da concessão da ajuda alimentar.

77. Quatro questões principais afectam a concessão de assistência humanitária em Darfur. São (a) constrangimentos ao acesso humanitário, (b) medo e insegurança nas mentes dos regressados, (c) desafios de protecção, e (d) necessidade de cooperação contínua com todas as partes interessadas.

78. O acesso às áreas que enfrentam crises humanitárias diminuiu para uma média de 70% ao longo dos Estados de Darfur em Setembro de 2005 (a taxa mais baixa desde Abril de 2004), com o acesso muito baixo de 45% no Darfur ocidental, onde todas as estradas excepto duas foram declaradas áreas "proibidas de

PROJECTO

acesso". Os ganhos globais no acesso e o aumento da assistência humanitária no ano passado foram ofuscados pelos contínuos assaltos nas estradas que visam as provisões humanitárias e o pessoal, pilhagem contínua, e detenção de comboios humanitários/pessoal de ajuda humanitária. A insegurança contínua, o aumento de ataques das milícias, actos de banditismo, e os choques entre o SLM/A e o Governo levaram à suspensão periódica de operações humanitárias para reduzir a ameaça que atinge os trabalhadores de ajuda humanitária que operam na área.

79. O desejo da comunidade humanitária é encorajar o repatriamento voluntário e planificado dos refugiados e PDIs uma vez que as condições de segurança e dignidade sejam restauradas nos seus locais. Embora os movimentos espontâneos de regresso fossem registados durante a estação de plantação de 2005, os números exactos foram pouco claros porque muitos foram depois re-deslocados nos ataques (90% de pessoas deslocadas vivem a menos de dois dias de caminhada das suas aldeias de origem). Se persistir a actual situação de insegurança, é pouco provável que haja regressos significativos em 2006. No entanto, há necessidade de a comunidade humanitária começar a preparar-se para alargar a sua assistência além dos campos das PDIs para as áreas de eventual regresso.

80. Obviamente, é imperativo proteger a população civil, através da resolução das suas necessidades e da contribuição para a sua segurança física. A violência contra civis tem sido o principal motivo de deslocação. Esta situação não atenuou, e a violência sexual e baseada no género (SGBV) continua a ser preocupante. A protecção da criança continua igualmente a ser um grande problema.

81. As estratégias de intervenção empregadas, que incluem protecção pela presença física, vigilância dos direitos humanos, defesa, formação, e o destacamento do pessoal de AMIS perto das áreas povoadas, incluindo PDIs e grandes assentamentos, ajudaram muito na resolução desses problemas. Não obstante, a contínua prisão arbitrária e detenção do pessoal humanitário e saque de produtos humanitários continuam a ser um factor principal que está a afectar seriamente a capacidade das agências humanitárias de operar.

82. AMIS desempenha um papel essencial no apoio ao acesso e actividades humanitárias, contribuindo para a criação de um ambiente seguro para o regresso dos refugiados e PDIs e assistindo na protecção da população civil. As relações com a comunidade humanitária foram muito cooperativas e de incentivo, com interacção frutífera com CIVPOL nos campos das PDIs. As patrulhas visadas, partilha de informação especialmente nas áreas que não têm a presença humanitária, informação semanal sobre segurança à comunidade humanitária, escolta para os comboios humanitários, e iniciativas concretas sobre protecção (patrulhas para a procura de lenha) contribuíram para aliviar a situação difícil das PDIs e da população civil.

PROJECTO

VII. DIREITOS HUMANOS

83. Como estipulado na resolução 1564 (2004) de 18 de Setembro de 2004 do Conselho de Segurança das NU, o Governo do Sudão tem a principal responsabilidade pela protecção dos civis. O Governo tem uma obrigação de assegurar os direitos humanos. Além disso, todas as partes ao conflito estão vinculadas por relevantes disposições do direito humanitário internacional.

84. Todavia, desde o meu último relatório de 28 de Abril de 2005, violações flagrantes da legislação internacional dos direitos humanos e do direito humanitário internacional continuaram a registar-se em todos os três estados de Darfur. Os civis estão ainda a ser atacados nas suas comunidades e forçosamente deslocados das suas casas. Nos últimos meses houve mesmo ataques nos campos das PDIs. O ataque de 28 de Setembro pela milícia armada contra o campo de PDIs de Aro Sharow no Darfur ocidental é um caso de realce. UNMIS e AMIS realizaram uma missão conjunta à área no dia seguinte e documentaram mais de trinta mortes. A prisão e detenção arbitrária, assassínios ilegais, açoitamento, violência baseada no género continuam em todo o Darfur. Contudo, embora os meses de Setembro e Outubro registassem um aumento de violência, com ataques a aldeias e campos de refugiados, o nível e a frequência desses actos diminuíram em comparação com a dimensão do conflito em 2003 e 2004 antes do destacamento de AMIS e Observadores dos Direitos Humanos de UNMIS. Houve igualmente um aumento de actos de banditismo contra os veículos civis, comerciais e das ONGs que transportam produtos de ajuda humanitária.

85. Em Agosto de 2005, na localidade de Adayla, no Sul de Darfur, os elementos do SLM/A interromperam a distribuição alimentar e aumentaram a sua hostilização de pessoas deslocadas e outros civis. Saquearam os alimentos destinados às PDIs e exigiram impostos da população civil.

86. A actual situação dos direitos humanos em Darfur demonstra que são ainda necessários grandes esforços do Governo para garantir a protecção efectiva dos direitos humanos em Darfur. Efectivamente defender o estado de direito e pôr termo à impunidade devem ser as principais prioridades para o Governo de Unidade Nacional. A nova Constituição Nacional Provisória do Sudão aplica-se a todo o país, e as suas fortes disposições sobre os direitos humanos precisam ser implementadas também em Darfur. O Governo tomou algumas medidas para pôr termo à impunidade, inter-alia, ao criar o Tribunal Especial sobre os Acontecimentos em Darfur, com o mandato de processar os casos de violações dos direitos humanos no contexto do conflito na região. No entanto, menos de dez casos foram apresentados ao Tribunal desde que foi criado em 7 de Junho de 2005, e apenas alguns desses casos se tratavam realmente de violações dos direitos humanos. Uma solução duradoura para o conflito só será alcançada se a justiça prevalecer. Exorto o Governo do Sudão a tomar todas as medidas necessárias para pôr termo à impunidade em conformidade com o seu compromisso firmado e as relevantes

PROJECTO

disposições do Acto Constitutivo da UA. No início de Dezembro, as autoridades sudanesas informaram a Comissão de que o Presidente do Tribunal Supremo do Sudão tinha ordenado em 20 de Novembro de 2005 a criação de dois tribunais suplementares para julgar os crimes cometidos durante o conflito. Os Tribunais são competentes para julgar casos na base das normas internacionais relativas ao direito humanitário e aos direitos humanos, em conformidade com o Código Penal Sudanês. As autoridades observaram que a UA e outras partes interessadas podem seguir os processos dos Tribunais como observadores.

87. Num esforço de criar e reforçar os mecanismos institucionais para que as mulheres e raparigas possam relatar os actos de violência sexual e baseada no género contra elas num ambiente seguro e confidencial, para decidir sobre a salvaguarda adequada, o Governo cooperou com a comunidade internacional para decidir sobre as salvaguardas adequadas. O Governo precisa agora de garantir que os seus compromissos, como expressos no seu Plano de Acção contra Violência Sexual e Baseada no Género, lançado em Dezembro de 2005, serão imediatamente implementados. Além disso, o Governo decidiu dar às NU o acesso ilimitado a todos os lugares de detenção, incluindo o acesso às pessoas detidas pela segurança nacional e inteligência militar. Os detidos podem ter acesso a advogados através do escritório de advogados (Bar Union) dentro da Prisão de Kober, que presta serviços de assistência jurídica. O Governo tenciona abrir escritórios semelhantes em outras prisões em todo o país.

88. No meu relatório à 28ª Reunião do CPS, afirmei que, na sua Resolução 1593 (2005) adoptada em 31 de Março de 2005, o Conselho de Segurança das NU decidiu apresentar a situação em Darfur desde 1 de Julho de 2002 ao Tribunal Penal Internacional (ICC). Desde então, o Procurador do ICC empreendeu várias actividades para implementar a resolução 1593, submetendo neste sentido dois relatórios ao Conselho de Segurança das NU, em 29 de Junho e 13 de Dezembro de 2005, respectivamente. No seu último relatório, o Procurador observou que, em 1 de Junho de 2005, ele determinou que havia uma base razoável para iniciar uma investigação sobre a situação em Darfur desde 1 de Julho de 2002. Esta determinação marcou o início da investigação e incitou os plenos poderes investigadores do Procurador ao abrigo do Estatuto de Roma.

89. O relatório enfatizou que o ICC é complementar às jurisdições criminais nacionais e é, por conseguinte, um Tribunal de último recurso. Portanto, o Gabinete continua a reunir e a avaliar as informações relacionadas com vários mecanismos criados pelas autoridades sudanesas em relação aos crimes alegadamente cometidos em Darfur. Além disso, e em conformidade com o Estatuto de Roma, o Procurador deve considerar se a instauração de um processo é ou não do interesse da justiça. Considerando este factor, indicou-se que o Procurador seguirá os vários esforços nacionais e internacionais para alcançar a paz e segurança, bem como as opiniões de testemunhas e vítimas dos crimes.

PROJECTO

90. O relatório realçou a firme convicção de que uma relação efectiva de trabalho com a União Africana na resolução da questão da impunidade em Darfur é essencial para a investigação, bem como para a garantia de uma participação e uma perspectiva regional em relação ao processo. A este respeito, gostaria de informar o CPS o Procurador enviou-me uma correspondência para solicitar reuniões com as entidades relevantes para discutir as modalidades de cooperação em relação a Darfur, bem como a oportunidade de informar o CPS sobre as actividades do Tribunal. O Procurador afirmou que tinha tido contactos com as autoridades sudanesas. Neste sentido, representantes do seu Gabinete e do Cartório visitaram Cartum de 17-24 de Novembro de 2005. Durante esta visita, foi solicitada ajuda às autoridades sudanesas para a realização de várias entrevistas que pudessem proporcionar uma compreensão das actividades de todas as partes no conflito de Darfur, bem como uma avaliação dos procedimentos efectuados pelo Tribunal Especial e outros organismos judiciais relevantes.

91. Na sua resolução 1593 (2005) de 31 de Março de 2005, o Conselho de Segurança realçou a necessidade de promover o restabelecimento e reconciliação e encorajou, nesse sentido, a criação de instituições que envolvem todos os sectores da sociedade sudanesa, como as comissões da verdade e/ou da para complementar os processos judiciais e reforçar deste modo os esforços para a restauração da paz duradoura, com o apoio da União Africana e apoio, se for necessário. Como seguimento dessa resolução, uma reunião que congregou juristas foi realizada pela Comissão em Adis Abeba de 2 a 3 de Maio de 2005, seguida de uma outra reunião em 17 e 18 de Outubro de 2005. Nessa ocasião, foram feitas várias recomendações sobre como a UA contribuiria melhor para a promoção do restabelecimento e reconciliação. Estas recomendações foram submetidas ao Presidente da UA, bem como ao Governo do Sudão.

92. O CPS recordará que a minha Representante Especial para a protecção dos civis nos conflitos armados, Sra Madior Boye, se deslocou a Cartum e Darfur de 11 a 15 de Dezembro de 2004. No quadro do seguimento desta visita, a Representante Especial deslocou-se de novo ao Sudão, de 19 a 27 de Novembro de 2005. Nessa ocasião, ela visitou várias localidades em Darfur e encontrou-se com os responsáveis da AMIS, assim como com as autoridades locais e os representantes das partes, das agências humanitárias e da sociedade civil. Após essa visita, a Representante Especial fez várias recomendações destinadas a reforçar as populações civis. É neste espírito que ela reiterou a sua recomendação inicial sobre o mandato da AMIS, para lhe permitir intervir mais energicamente em caso de necessidade.

93. Deve-se evocar, como seguimento da decisão do CPS de 25 de Maio de 2004, que solicitava a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP) a investigar a situação dos direitos humanos em Darfur, e a resolução adoptada na sua 35^a Sessão Ordinária da CADHP realizada em Banjul, de 21 de Maio a 4 de Junho de 2004, e que saudava o anúncio pelo Governo Sudanês da

PROJECTO

sua decisão de permitir e facilitar o acesso de uma missão de investigação da Comissão Africana, uma equipa da CADHP visitou a região de 8 a 18 de Julho de 2004. Subsequentemente, e em conformidade com os seus procedimentos, a Comissão enviou os seu relatório ao Governo Sudanês para comentários. Dada a demora da reacção, a 37ª Sessão Ordinária da CADHP, realizada em Banjul, de 27 de Abril a 11 de Maio de 2005, “exortou o Governo do Sudão a submeter à Comissão Africana os seus comentários sobre as recomendações” da Missão de Investigação.

94. Na sua 38ª Sessão Ordinária realizada em Banjul, de 21 de Novembro a 5 de Dezembro de 2005, a CADHP exprimiu a sua profunda preocupação pelas contínuas violações graves dos direitos humanos e direito internacional humanitário em Darfur cometidas pelas partes ao conflito, particularmente o despovoamento contínuo de vastas áreas da região, ameaças de violência, intimidação e assalto contra as agências das NU e organizações humanitárias, o ataque e assassinio das tropas da UA em Darfur, e o assassinio e rapto do pessoal das organizações humanitárias nacionais e internacionais. A Comissão exprimiu igualmente preocupação pelo facto de não ter ainda recebido uma resposta do Governo Sudanês, reiterando o seu apelo a este no sentido de submeter os seus comentários à Comissão Africana em relação ao relatório da Missão de Investigação ao Sudão. A CADHP solicitou ainda o Governo do Sudão a cumprir as suas obrigações no âmbito da *Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos*, o *Acto Constitutivo da UA*, a *Carta das Nações Unidas* e outros instrumentos relevantes a que o Sudão é um Estado parte.

95. Finalmente, gostaria de afirmar que a Comissão está no processo de preparação de um programa de formação para AMIS sobre os direitos humanos, focando a violência baseada no género, com vista a permitir a Missão investigar e informar sobre violações dos direitos humanos das mulheres e proporcionar a protecção efectiva. Outros tópicos a serem abrangidos incluem a prevenção do VIH/SIDA e as questões ligadas aos direitos das crianças.

VIII. ACTIVIDADES DA EQUIPA DE PERITOS DAS NU SOBRE O SUDÃO

96. No meu relatório de 28 de Abril de 2005, informei o CPS sobre a adopção pelo Conselho de Segurança, em 29 de Março de 2005, da resolução 1591 (2005). Através dessa resolução, e à luz do fracasso de todas as partes ao conflito em Darfur de cumprir os seus compromissos, o Conselho decidiu aumentar a pressão sobre elas, impondo uma proibição de viagem e congelamento de bens em relação aos que impedem o processo de paz em Darfur, cometendo violações dos direitos humanos e violação de medidas estabelecidas nas resoluções anteriores. Ao fazer isso, criou igualmente um Comité constituído por todos os membros do Conselho para designar aqueles indivíduos sujeitos às medidas e para monitorizar a sua implementação. Subsequentemente, o Secretário Geral das NU designou, por um período de seis meses, uma Equipa de Peritos constituída por quatro membros para

PROJECTO

inter alia, assistir o Comité, na monitorização da implementação das medidas. A Equipa, que é mandatada para coordenar as suas actividades de acordo com as operações em curso da AMIS, está sediada em Adis Abeba e viaja regularmente para El Fasher e outras localidades no Sudão.

97. Após a sua criação, a Equipa, em 11 de Agosto de 2005, realizou reuniões preliminares com representantes da Comissão em Adis Abeba. Reuniu-se igualmente em Cartum, em 22 de Agosto de 2005, com o meu Representante Especial. Deve-se observar que, em 21 de Dezembro de 2005, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1651 (2005), que prolonga o mandato da Equipa de Peritos até 29 de Março de 2006. Solicitou igualmente a Equipa a informar e fazer recomendações, através do Comité criado pela resolução 1591 (2005), sobre a implementação das medidas impostas.

IX. MISSÃO DE AVALIAÇÃO CONJUNTA CONDUZIDA PELA UA

98. Na sua 28ª reunião, o CPS, tendo saudado o envio de uma Missão de Avaliação Conjunta conduzida pela UA ao Sudão em Março de 2005, encorajou a Comissão, que trabalha com os membros do CPS e os parceiros, a realizar essas análises periódicas conforme forem necessárias, para garantir que a AMIS seja provida de estrutura adequada e apoio para poder funcionar efectivamente. É neste contexto que enviei a Darfur, de 10 a 20 de Dezembro de 2005, uma segunda Missão de Avaliação com os seguintes termos de referência:

- Realizar uma análise profunda e crítica das operações das componentes da polícia militar e civil de AMIS, em relação à implementação do seu mandato, como está estabelecido nas Decisões PSC/PR/Comm. (XCII) e PSC/PR/Comm. (XXVIII), adoptadas pelo CPS, em 20 de Outubro de 2004 e 28 de Abril de 2005, respectivamente;
- Avaliar a dimensão da implementação das recomendações da Missão de Avaliação Conjunta Conduzida pela UA de 10 a 20 de Março de 2005, como consta no meu Relatório sobre a Situação na Região de Darfur do Sudão [PSC/PR2(XXVIII)] de 28 de Abril de 2005 e posteriormente aprovado pelo CPS.
- Avaliar a situação humanitária e de segurança prevalecente em Darfur, como um todo; e
- À luz dos seus resultados, fazer recomendações para o futuro.

99. A Missão, que foi conduzida pela meu Representante Especial no Sudão e incluiu representantes dos Países que Contribuem com Tropas e o CPS e todos os parceiros que ajudam a UA no destacamento, visitou o Quartel-general em El Fasher e todos os Sectores e Group Sites dos MILOBs. A Missão teve longas

PROJECTO

discussões com todas as componentes de AMIS, bem como com o Gabinete das NU para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA) e os principais prestadores de serviço e de logística com vista a avaliar a situação como um todo.

100. A visita realizou-se numa altura em que o cenário político tinha mudado significativamente, particularmente em relação à implementação do Acordo de Paz Global (CPA) de 9 de Janeiro de 2005. Os principais acontecimentos foram a morte do Primeiro Vice-Presidente John Garang e suas consequências, a criação de Governo de Unidade Nacional (GoNU), em 8 de Setembro de 2005, e a subsequente criação do Governo do Sul do Sudão (GoSS). Vários outros instrumentos, organismos e mecanismos exigidos pelo CPA foram igualmente criados.

101. A visita também realizou-se no contexto de progressos consideráveis no destacamento de AMIS, que expandiu a sua presença de 16 para 34 em Darfur e criou postos permanentes da polícia civil em 26 das 65 aldeias estratégicas e campos de PDIs identificados na região. A Missão de Avaliação realçou que esta expansão tinha contribuído para a melhoria da situação humanitária, como exemplificado pela facto de que as taxas de subnutrição e mortalidade no seu conjunto estão agora abaixo do limiar de emergência, não houve grandes epidemias e a ampla cobertura de ajuda alimentar. Contudo, a Missão observou que a situação continua a ser frágil e vulnerável aos choques devido aos elevados níveis de dependência de milhões de civis sudaneses da assistência humanitária, e o facto de que as preocupações de protecção ainda continuam a ser enormes.

102. A Missão ainda observou que, através da sua diplomacia militar e os esforços do CFC, a AMIS alargada aumentou os contactos com os grupos rebeldes e representantes do governo local em toda a região de Darfur. Além de anteceder a violência, esta combinação melhorou a monitorização do cumprimento das partes do Acordo de Cessar-Fogo de N'djamena. A este respeito, a Missão enfatizou que há vários exemplos específicos de destacamento de AMIS que têm um efeito positivo tanto na segurança como na situação humanitária em locais específicos: o destacamento de AMIS para Zalingei, quando houve escalada de tensão após o sequestro de civis pelo SLM/A, ajudou a evitar retaliação contra as PDIs; o destacamento de AMIS para Muhajeriya parou o avanço das Forças Armadas Sudanesas (SAF) nesta cidade, que teria causado a deslocação de cerca de 40.000 PDIs; finalmente, a recente presença contínua (24 horas, 7 dias por semana) da CIVPOL da UA no campo de Kalma, perto de Nyala, e patrulhas das Forças de Protecção em volta do campo teve impacto significativo: na verdade não se registaram incidentes contra as PDIs desde que esta intervenção começou.

103. Contudo, a Missão de Avaliação realçou que houve casos em que AMIS foi incapaz de tratar de incidentes que teriam exigido uma resposta no âmbito do seu mandato de proteger os civis em perigo iminente e dentro dos seus meios e capacidades. Foi realçado que esses incidentes demonstram a importância de

PROJECTO

maximizar as capacidades existentes através de uma firme interpretação do mandato de AMIS quando a protecção de civis está em questão.

104. A Missão salientou que a eficiência de AMIS está directamente relacionada com o nível de cooperação que recebe das partes ao conflito. Até aqui, essa cooperação foi extremamente inconsistente. Por um lado, há contínuos obstáculos burocráticos à capacidade de AMIS de operar livremente, através de toques de recolher obrigatório, encerramentos antecipados de aeroportos e longas demoras na emissão de licenças e vistos, enquanto o uso de veículos e aviões de cor branca nas operações militares põe a AMIS, organizações humanitárias e populações civis em perigo. Além disso, Janjaweed/milícias armadas e outras forças substitutas continuam a desestabilizar Darfur. Por outro lado, o SLM/A e JEM continuam a obstruir o trabalho da AMIS. A este respeito convém mencionar as restrições à liberdade de movimento, patrulhas ameaçadoras, hostilização, roubo de equipamento e mesmo rapto do pessoal.

105. Além da total implementação das recomendações feitas na sequência da sua visita de Março de 2005, a Missão fez várias recomendações para a operação de AMIS em Darfur a curto e médio prazos, bem como a longo prazo, baseadas no contexto actual. Relativamente a curto e médio prazo, as recomendações focaram as seguintes questões:

(i) O Governo deve:

- Cumprir todas as obrigações às quais se comprometeu;
- Deixar de usar aviões e veículos de cor branca para qualquer actividade relacionada com segurança;
- Abster-se de tentativas de restringir a liberdade de movimento de AMIS em toda a região de Darfur, incluindo através do uso de toques de recolher obrigatório; e
- Manter os aeroportos abertos o mais tarde possível, e permitir à AMIS operar voos à noite em caso de necessidade.

(ii) Os movimentos rebeldes devem especificamente:

- Cumprir todas as obrigações às quais se comprometeram;
- Permitir a AMIS e agências humanitárias movimento ilimitado em e através de todas as áreas mantidas pelos rebeldes;
- Trabalhar para pôr termo aos actos de banditismo e ataques contra AMIS e operações humanitárias nas áreas sob o seu controlo;

(iii) Trabalhar com Parceiros. Reconhecendo que se prevê a duração do financiamento até o início de 2006, recomenda-se que os Parceiros continuem a envolver a UA na identificação de fontes de

PROJECTO

financiamento para satisfazer as necessidades operacionais e logísticas essenciais da AMIS.

- (iv) Comissão Conjunta. A decisão de realizar reuniões mensais da Comissão Conjunta deve ser implementada. A Comissão Conjunta deve ainda trabalhar estreitamente com a AMIS e o Chefe de Missão da AU para a convocação de reuniões de emergência em caso de necessidade. No caso de uma situação não poder ser resolvida na Comissão Conjunta, a UA não deve hesitar em submeter a situação ao Conselho de Segurança e também ao Comité de Sanções.
- (v) Mandato e o Uso de Força. O mandato actual da AMIS é adequado, mas não é claramente reconhecido pelos comandantes a todos os níveis. Deve ser interpretado de forma flexível e firme para manter a credibilidade da força, e para proporcionar o grau necessário de protecção aos civis dentro das suas capacidades.
- (vi) Planeamento Operacional e Tático. Maior atenção deve ser dada ao desenvolvimento de possíveis cenários humanitários e de segurança, ao papel e tarefas de cada componente da missão e como este esforço pode ser melhor integrado, enquanto esforços devem ser imediatamente feitos para resolver a falta de clareza, em alguns QGs do Sector, sobre as tarefas especificadas e envolvidas nas suas áreas de operações e a relativa prioridade de tarefas.
- (vii) Comando e Controlo. Problemas de comando, controlo e coordenação foram exacerbados pelo aumento da dimensão da Força. Além das medidas estruturais, há necessidade de orientação clara, proactiva e adequada pelos comandantes a todos os níveis para garantir que os subordinados sejam informados dos planos actuais, intenção futura e o papel do seu sector/papel individual neles.
- (viii) Níveis da Força e Flexibilidade Operacional. A actual força da missão é baseada nos requisitos operacionais determinados em Março/Abril de 2005. Considera-se ainda que a actual dimensão é suficiente para as tarefas atribuídas; no entanto pode haver necessidade de alguma redistribuição de pessoal e bens entre os Sectores. Finalmente, até que se seja providenciada uma reserva de força dedicada, o QG da Missão deve considerar a designação de uma reserva de Força disponível das tropas destacadas nos Sectores.
- (ix) Protecção de Civis dentro das Capacidades. A contribuição para proporcionar um ambiente seguro aos civis é uma tarefa essencial da AMIS. Para aumentar a protecção civil, dentro das suas capacidades, AMIS deve providenciar uma presença da Polícia Civil (CivPol)

PROJECTO

durante 24 horas em todos os campos identificados de PDIs e patrulhas nocturnas / presença de força de protecção fora dos campos e em toda a parte da área de operações. Deve igualmente providenciar patrulhas sistemáticas em todos os campos identificados e reforçar o nível das patrulhas da Polícia Civil.

- (x) Operações e Gestão Conjuntas. Para reforçar as operações e gestão conjuntas, AMIS deve preencher os postos vagos em JLOC e garantir que tem autoridade suficiente para desempenhar o seu papel. Deve igualmente criar um Centro de Operações Conjuntas com a autoridade adequada para coordenar efectivamente as componentes militar, da polícia civil e dos direitos humanitários/direitos humanos de AMIS.
- (xi) Operações de Inteligência. Se as operações da AMIS devem ser efectivas, o uso de inteligência será essencial. No que diz respeito ao desenvolvimento das estruturas e mecanismos de inteligência, há necessidade de pessoal qualificado a todos os níveis e eventualmente necessidade de formação.
- (xii) Formação. Há necessidade de formação de iniciação e de actualização em toda a AMIS para garantir a prontidão operacional e a padronização. Monitores qualificados a tempo inteiro são necessários no QG da Missão para identificar as necessidades e coordenar a implementação.
- (xiii) Uso do Pessoal. Há necessidade de rever as funções e interface entre os quartéis-generais do Sector e do Batalhão para evitar duplicação e sobreposição.
- (xiv) Coordenação Civil-militar. Para reforçar a coordenação militar e intensificar a própria priorização de tarefas de AMIS, devem ser realizadas reuniões regulares de planeamento estratégico de alto nível entre o Coordenador Humanitário das NU e AMIS. Também ligação diária entre AMIS e UNMIS/UNDSS/OCHA sobre situação de segurança/humanitária deve ocorrer no QG da Missão e a nível de sector, se possível.

106. No que diz respeito a longo prazo, a Missão recordou que a fase de estabilização inicial foi em grande medida realizada em Darfur. Os esforços de AMIS contribuíram para a redução do número de violações de cessar-fogo de grande escala entre as partes, embora a recente onda de violência no passado Setembro/Outubro seja preocupante; os indicadores humanitários melhoraram, e a Missão contribuiu para a criação de condições propícias para o processo político em Abuja.

PROJECTO

107. Contudo, salientou-se que a situação política e de segurança é variável e frágil. Embora o processo político de Abuja esteja em curso, um acordo vai evidentemente levar mais tempo do que previsto. Mesmo se o acordo de paz for realizado no início de 2006, prevê-se o regresso de apenas 30% das PDIs durante o resto do ano e levará tempo para promover uma atmosfera de segurança suficiente para o amplo regresso das PDIs. A implicação é que, mesmo sob melhores condições, uma operação de apoio à paz será necessária em Darfur por um período de pelo menos 2-3 anos. Além disso, a situação e as exigências estabelecidas na Missão estão a tornar-se cada vez mais complexas e requerem um elevado grau de integração de esforços em termos políticos, humanitários e militares. A fase pós-conflito exigirá igualmente integração de questões adicionais, incluindo DDR e SSR (Reforma do Sector de Segurança), e coerência com o CPA para o Sudão.

108. A Missão recomendou deste modo que consideração deve ser dada a como uma presença internacional pode ser sustentada em Darfur em 2006 e depois, considerando todas as alternativas viáveis a este respeito, ciente da incerteza de financiamento seguro baseado num sistema de contribuições voluntárias. A Missão realçou que se outras instituições devem ser envolvidas, será necessário iniciar rapidamente o planeamento de contingências, considerando que em qualquer caso é inevitável que a presença de AMIS em Darfur será mantida pelos próximos 6-9 meses. No prazo mais longo, uma simples operação que abrange todo o Sudão traria coerência e sinergia, além de facilitar a integração dos esforços políticos, humanitários e militares cada vez mais complexos.

109. Finalmente, eu gostaria de informar o CPS que, em 5 de Janeiro de 2006, os parceiros que apoiam a AMIS, empreenderam uma diligência colectiva junto da Comissão sobre o futuro da operação. Elogiaram os esforços da UA para pôr termo aos actos de violência de larga escala perpetrados em Darfur, e insistiram na necessidade de aproveitar este sucesso, evoluindo para uma operação conduzida pelas NU, reforçando no entanto a AMIS. Realçaram a necessidade de a UA dar indicações urgentemente a este respeito para permitir ao Conselho autorizar a planificação para a transferência, que na prática não ocorrerá antes do final de 2006.

X. OBSERVAÇÕES

110. Desde a 28ª reunião do CPS, a UA não deixou de intensificar os seus esforços para acelerar a resolução do conflito de Darfour. Apraz-me, a este respeito, registar a quase-conclusão do destacamento do pessoal exigido para atingir os efectivos recentemente autorizados da AMIS. Esta presença reforçada teve incontestavelmente um impacto positivo na situação no terreno. Gostaria de agradecer aos Estados Membros que contribuíram com tropas e polícia pelo seu engajamento e sacrifício. Os meus agradecimentos são extensivos igualmente aos nossos parceiros pelo seu apoio logístico, que facilitou em grande medida o encaminhamento das tropas a Darfur.

PROJECTO

111. Do mesmo modo esforços contínuos foram desenvolvidos para que as Negociações de Paz de Abuja alcancem os resultados esperados. Além disso, as partes comprometeram-se a fazer da 7ª Ronda das Negociações uma Ronda decisiva. Exorto-as a fazer tudo para traduzir este compromisso em realidade.

112. Quase três anos após a explosão da crise de Darfur, esforços contínuos são sempre necessários para chegar a uma solução duradoura. No plano de segurança, se o período que seguiu a 28ª reunião do CPS foi marcado por uma redução significativa dos confrontos directos entre as partes, a situação de conjunto não fica menos preocupante. Assiste-se, com efeito, a uma explosão de actos de banditismo e de outros actos de violência dirigidos ao mesmo tempo contra a população civil, as agências humanitárias que operam na região, os comboios comerciais, e mesmo o pessoal da AMIS, bem como um aumento crescente de lutas inter-étnicas.

113. No plano político, a assinatura da Declaração dos Princípios, no início do mês de Julho de 2005, certamente marcou um avanço notável, no que esse documento articula os princípios gerais que devem guiar as deliberações das partes, e constitui a base de uma resolução justa, global e definitiva do conflito. Ao mesmo tempo, convém observar que os progressos registados desde então nas discussões sobre a partilha do poder e das riquezas, bem como sobre as disposições de segurança, foram muito modestos. A 6ª Ronda das Negociações de Paz Inter-Sudanesas não produziu, por assim dizer, nenhum resultado tangível. Quanto à 7ª Ronda, presentemente em curso, registou até então resultados muito desiguais : enquanto que avanços significativos foram feitos no que diz respeito à partilha de riquezas, o bloqueio é total no que se refere à partilha do poder, as partes em presença defendendo posições muito afastadas de umas das outras sobre as questões cruciais do estatuto de Darfour, da representação dos Movimentos à presidência do país, da capital administrativa federal e das fronteiras de Darfur. Relativamente às disposições de segurança, é preciso cerca de um mês para as partes adoptarem uma agenda.

114. A experiência dos últimos meses demonstrou claramente que todo o atraso na resolução do conflito de Darfur pode complicar ainda mais a situação e tornar mais difícil a busca de uma solução. Deste ponto de vista, intervieram três evoluções recentes que são particularmente preocupantes.

- Primeiramente, as divisões no seio do SLM/A, que tiveram como consequência não só contribuir para a deterioração da situação da segurança no terreno, mas também impedir progressos rápidos nas negociações de paz de Abuja. Essas divisões são tanto mais portadoras de perigos que, de certa forma, tomaram uma feição étnica.

PROJECTO

- Em seguida, os ataques perpetrados contra AMIS. Durante o período em análise, esta situação tomou uma feição dramática, com as primeiras perdas registadas pela Missão, na sequência do ataque, em 8 de Outubro de 2005, de uma patrulha da AMIS e o rapto pouco depois de vários membros da Missão, cujos equipamentos, incluindo munições, foram recuperados.
- Por fim, a tensão entre o Sudão e o Chade, depois da deserção de soldados chadianos que se retiraram para a fronteira entre os dois países e do ataque, em 18 de Dezembro de 2005, da cidade de Adré. Com efeito, o Chade acusou o Sudão de ter dado grande assistência aos desertores chadianos e de se ter envolvido num atentado de desestabilização. As autoridades sudanesas desmentiram essas acusações com veemência. Se é verdade que, no passado, as relações entre os dois países conheceram uma certa tensão ligada ao conflito de Darfour, após incursões de elementos Janjaweed – assim como em 26 de Setembro de 2005, quando os elementos Janjaweed atacaram a localidade de Madeyouna e seus arredores, levando o Governo Chadiano a fechar o seu Consulado em El Geneina e a solicitar o Governo Sudanês de proceder ao encerramento do seu Consulado em Abeché-, jamais essas relações tiveram uma tal deterioração. De facto, esta nova crise traz nela o perigo de uma desestabilização de toda a região, enquanto que a situação de conjunto é particularmente frágil.

115. É claro que todo o atraso suplementar na resolução da crise corre o risco de conduzir a evoluções ainda mais preocupantes. É urgente que as partes sudanesas e o conjunto dos membros interessados da comunidade internacional intensifiquem e conjuguem os seus esforços para acelerar a resolução do conflito.

116. Deste ponto de vista, a principal responsabilidade compete às partes. Cabe-lhes respeitar os compromissos tomados e negociar de boa fé no quadro das negociações de paz de Abuja. É, falando com propriedade, inaceitável que as partes não tenham sido capazes de apresentar avanços mais significativos depois de mais de dezoito meses de negociações. Isso afirma uma falta real de vontade política e uma certa insensibilidade à sorte das populações civis de Darfur que sofreram muita violência indiscriminada de que são as vítimas quotidianas e inocentes. Congratulo-me com a inclusão de representantes do SPLM na delegação governamental às Negociações de paz de Abuja, e espero que a criação do Governo de unidade nacional será seguida da adopção de uma posição comum pelas partes que são representadas de maneira a imprimir uma nova dinâmica às Negociações de Paz.

117. As partes devem respeitar escrupulosamente o Acordo de Cessar-Fogo Humanitário de N'djamena e os Protocolos de Abuja de Novembro de 2004. Os

PROJECTO

ataques contra as populações civis, os actos de banditismo e outros actos de violência têm durado muito. Importa pôr um termo imediato a esta situação.

118. Exorto o Governo Sudanês a proceder ao desarmamento e à neutralização dos Janjaweed/milícias armadas, em conformidade com os compromissos por ele tomados e com as decisões pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do CPS. É uma condição sine qua non da melhoria da protecção das populações civis. Do mesmo modo, os Movimentos armados devem cumprir integral e incondicionalmente as suas obrigações, nomeadamente indicando à AMIS as posições ocupadas pelas suas forças.

119. De um modo geral, as partes devem prestar a sua inteira cooperação à AMIS. O Governo deve pôr termo à utilização de veículos de cor branca para toda a operação ligada à segurança, abster-se de toda tentativa de limitar a liberdade de movimento da AMIS, através da imposição de toque de recolher obrigatório, e manter os aeroportos abertos o mais tarde possível para permitir à Missão operar voos à noite. Os movimentos armados devem garantir à AMIS e às agências humanitárias um acesso ilimitado às zonas sob o seu controlo e pôr termo aos actos de banditismo perpetrados nessas zonas.

120. Não haverá paz e reconciliação duradoura em Darfur sem luta decidida contra a impunidade. Congratulo-me dos anúncios feitos pelo Governo Sudanês a este respeito, nomeadamente a adopção de decretos que criam jurisdições para julgar os crimes cometidos relacionados com o conflito de Darfur. Ao mesmo tempo, exorto o Governo, bem como os movimentos rebeldes, a cooperarem incondicional e plenamente com o Gabinete do Procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI) nos seus esforços visando investigar sobre os crimes cometidos em Darfur. Da sua parte, a Comissão, em conformidade com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, prestará ao TPI toda a assistência necessária, e para este efeito, procederá à conclusão rápida do acordo entre a UA e o Tribunal. Do mesmo modo, a Comissão prosseguirá os seus esforços tendentes a promover a reconciliação em Darfur, e isso no quadro do seguimento da resolução 1593 (2005) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

121. A segunda vertente de uma realização bem sucedida de restauração da paz em Darfur apoia-se na manutenção e reforço da presença internacional em Darfur, sob a forma de uma operação de apoio para a paz. Deste ponto de vista, a Comissão dedicar-se-á, durante os próximos meses, à implementação das recomendações da Missão de Avaliação que acaba de se deslocar a Darfur, para que elas se apoiem, entre outras questões, na planificação operacional e tática, comando e controlo, protecção dos civis, formação ou ainda a coordenação civil-militar.

122. Tal como indicado no parágrafo, do presente relatório, a Missão de Avaliação estimou que o efectivo actual é suficiente para as tarefas atribuídas à

PROJECTO

AMIS, considerando que será necessário todavia proceder a uma redistribuição do pessoal e dos meios entre os diferentes sectores. Ciente de que o mandato da AMIS é adequado, a Missão de Avaliação considerou que este não era uniformemente compreendido a todos os níveis. Ela sublinhou a necessidade de uma interpretação ao mesmo tempo flexível e vigorosa para manter a credibilidade da Missão.

123. Considerando a situação no terreno e os ataques incessantes a que continuam a ser submetidas tanto as populações civis como as agências humanitárias e outros intervenientes, seria desejável clarificar ainda mais o mandato da AMIS no sentido do seu reforço, a fim de permitir à Missão desempenhar um papel mais proactivo na protecção dos civis. Entende-se que as tarefas da AMIS seriam re-articuladas em consequência e para melhor reflectir a importância de que se reveste a protecção dos civis e realçar este aspecto do mandato. Além disso, o Governo Sudanes deveria facilitar a instalação de todo o equipamento militar julgado necessário para uma boa execução do mandato da Missão.

124. Como indicado no parágrafo....., a AMIS depende quase exclusivamente de contribuições voluntárias, tanto financeiras como logísticas, para as suas operações. Gostaria de reiterar no entanto o meu apreço a todos os parceiros bilaterais e multilaterais pela sua assistência, sem a qual o destacamento e a manutenção da AMIS não seriam possíveis.

125. É evidente que a gestão de uma operação tão complexa como a de Darfur não pode ser dificultada pela falta de um financiamento seguro e previsível. Além disso, a respeito dos recursos presentemente disponíveis, a Comissão só poderá assegurar o financiamento das operações até o início do mês de Abril de 2006. Convém observar que as necessidades em espécie da Missão ascendem entre 13 e 17 milhões de dólares por mês.

126. Ao mesmo tempo, convém recordar que depois da conclusão de um acordo de paz global, será necessário dedicar-se à enorme tarefa do regresso dos refugiados e das pessoas deslocadas e da reconstrução pós-conflito, incluindo o DDR e a reforma do sector da segurança, e isso de forma complementar ao Acordo de Paz Global de 9 de Janeiro de 2005. É provável que a realização destes objectivos necessite da manutenção de uma presença internacional por um período suplementar de 2 a 3 anos e uma integração mais ousada dos diferentes aspectos do processo de paz.

127. É à luz do que precede que cheguei à conclusão que chegou o momento de passar o processo às Nações Unidas para consolidar os resultados muito difíceis alcançados pela UA num contexto particularmente difícil. Além disso, uma tal transferência seria conforme à doutrina emergente da UA, que quer que a nossa instituição, aproveitando a sua capacidade de intervir rapidamente, realize, para períodos limitados, operações de apoio à paz nas zonas ainda instáveis, para criar

PROJECTO

as condições de um destacamento das Nações Unidas, que têm tanto os meios financeiros e logísticos como a experiência necessária para realizar operações multidimensionais de apoio à paz de longa duração. Uma tal transferência permitiria igualmente à UA dedicar-se à resolução de outras situações para as quais a sua contribuição é particularmente esperada ; assim, o desarmamento e a neutralização dos ex-FAR/Interahamwe, decididos pelo CPS aquando da sua reunião em Libreville, em Janeiro de 2005.

128. Escusado será dizer que a transferência da operação de apoio à paz para as Nações Unidas não significará o fim da presença da UA no Sudão. Esta seria de facto redimensionada e re-desdobrada para cobrir todos os aspectos do processo de paz no Sudão, incluindo no Sul do país, assim como as implicações regionais do conflito de Darfour.

129. Deste modo, recomendo que o CPS prolongue o mandato da AMIS por um período de nove meses, a contar de 20 de Janeiro de 2006. A Comissão aproveitaria este período para discutir com as Nações Unidas as modalidades da transferência, considerando que o CPS será mantido regularmente informado dos progressos registados. Este prazo é igualmente necessário para permitir às Nações Unidas preparar-se adequadamente.

130. Por outras palavras, a AMIS ficaria ainda sob o controlo da UA por um período suplementar de seis a nove meses. É no entanto necessário que os parceiros continuem a apoiar-nos tanto no plano financeiro como logístico durante esse período. Igualmente importante é o apoio dos Estados Membros que exorto, mais uma vez, a contribuir para a manutenção da AMIS.

131. A terceira vertente da procura da paz em Darfour refere-se ao papel da comunidade internacional e a coerência da sua acção. Trata-se aqui de exercer a pressão mais forte possível sobre as partes sudanesas para as levar a respeitar os compromissos tomados e a negociar com a flexibilidade necessária a resolução definitiva do conflito. A este respeito, importa que o CPS reafirme claramente a sua determinação de solicitar o Conselho de Segurança a aplicar as sanções necessárias contra toda a parte que obstruísse a procura da paz. A Comunidade Internacional tem igualmente um imperioso dever de solidariedade para com as populações afectadas, nomeadamente através da concessão da assistência humanitária necessária.

132. Por fim, gostaria de exprimir os meus agradecimentos ao meu Enviado Especial e Mediador Chefe, Salim Ahmed Salim, assim como ao meu Representante Especial, Baba Gana Kingibe, e ao conjunto do pessoal da AMIS, pelo seu engajamento e determinação. Os meus agradecimentos são também extensivos aos dirigentes africanos, particularmente o Presidente da nossa União, Olosegun Obasanjo, pelos seus esforços com vista à restauração da paz em Darfour.

PROJECTO

PROJECTO

ANEXO A : DIVISÃO DA COMPONENTE MILITAR

a. MILOBs.

1) Argélia	-	13
2) Benin	-	01
3) Botswana	-	10
4) Burkina Faso	-	04
5) Burundi	-	10
6) Cameroon	-	30
7) Chade	-	31
8) Congo	-	14
9) Egipto	-	34
10) Gabão	-	34
11) Gambia	-	20
12) Gana	-	25
13) Quênia	-	39
14) Lesoto	-	05
15) Libia	-	09
16) Madagascar	-	09
17) Malawi	-	24
18) Mali	-	15
19) Mauritânia	-	10
20) Moçambique	-	14
21) Namibia	-	23
22) Nigéria	-	59
23) Ruanda	-	35
24) Senegal	-	34
25) Africa do Sul	-	44
26) Togo	-	08
27) Zâmbia	-	45
27) UE	-	13

PROJECTO

28)EUA	-	13
29)GOS	-	31
30)SLM/A	-	31
31)JEM	-	31
32)EU TAG	-	02

b. Pessoal int. / Membros do CFC - 38

c. Força de Protecção

(1)	Nigéria	-	2,033
(2)	Ruanda	-	1,755
(3)	Gambia	-	196
(4)	Senegal	-	535
(5)	Quénia (MP)	-	60
(6)	África do S.	-	258
(7)	Chade	-	38

PROJECTO

ANEXO B: DESTACAMENTO DE TROPAS AOS SECTORES

Série	Localização	MILOBs	PESSOAL INT	CFC	PF	Obserações
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
1.	FHQ	113	27	11	251	391
2.	Sector 1	82			678	760
3.	Sector 2	102			680	782
4.	Sector 3	70			687	757
5.	Sector 4	63			546	609
6.	Sector 5	61			540	601
7.	Sector 6	62			235	297
8.	Sector 7	64			543	607
9.	Sector 8	93			685	778
10.	Abeche	11			40	51
11.	Total	721	27	11	4883	5631

Note:

PF - Força de Protecção
 INT STAFF - Pessoal Internacional
 CFC - Comissão de Cessar-Fogo

2006

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE A A SITUAÇÃO EM DARFUR (SUDÃO)

UNIÃO AFRICANA

UNIÃO AFRICANA

<http://archives.au.int/handle/123456789/2888>

Downloaded from African Union Common Repository